



Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Lages - PMDR

IMPORTANTE: Versão Preliminar do PMDR disponibilizada para consulta pública. Todo o conteúdo será revisado antes do envio a Câmara dos Vereadores.

**LAGES/SC
2016**



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Elizeu Mattos
Prefeito Municipal (2013-2016)

Antônio Arcanjo Duarte
Vice-Prefeito

Tiago Oliveira
Presidente da Câmara

Moisés Savian
Secretário Agricultura e Pesca



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FICHA TÉCNICA

Elaboração e Redação Final

Moisés Savian (Coordenador) – Engenheiro Agrônomo (UDESC) e Mestre em Geografia (UFSC)

Patrine Souza – Engenheira Agrônoma e Mestranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS)

Queila Hirt – Graduanda em História (UNIPLAC)

Joseane Madruga – Engenheira Agrônoma (UDESC)

Larissa Fernandes – Graduanda em Agronomia (UDESC)

Guilherme Moura – Engenheiro Florestal (UDESC)

Marcos Furlan – Economista (UFSC)

Colaboradores Técnicos

Espaço dedicado às pessoas que contribuíram tecnicamente para a elaboração desse plano.



Sumário

APRESENTAÇÃO	6
MENSAGEM DO PREFEITO	8
1. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	9
2. OBJETIVO GERAL.....	12
2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3. HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM LAGES	13
3.1 HISTÓRICO E PERSPECTIVAS.....	15
3.2 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS.....	18
3.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E POPULAÇÃO OCUPADA	20
3.4 INFRAESTRUTURA E COMUNIDADES RURAIS	23
4. RECURSOS NATURAIS.....	30
4.1 SOLOS.....	30
4.2 CLIMA	31
4.3 RECURSOS HÍDRICOS.....	31
4.4 BIODIVERSIDADE	32
4.4.1 Fauna.....	32
4.4.2 Flora.....	35
4.5 COBERTURA DA TERRA.....	37
5. ASPECTOS ECONÔMICOS	39
5.1 AGRICULTURA.....	41
5.2 PRODUÇÃO PECUÁRIA	43
5.3 AGROINDÚSTRIAS	46



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

5.4 EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA	47
5.5 TURISMO RURAL.....	48
6. SERVIÇOS PÚBLICOS	50
6.1 SISTEMA DE ENSINO	50
6.2 SISTEMA DE SAÚDE	51
6.3 SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	52
7. AÇÕES E INICIATIVAS	54
7.1 EPAGRI	54
7.2 Secretaria de Educação	54
7.3 Secretaria de Agricultura	55
7.4 Secretaria de Saúde.....	55
7.5 Secretaria de Assistência Social	55
7.6 SEMASA.....	56
7.7 Segurança Pública	56
7.8 Turismo	56
7.9 Meio Ambiente.....	56
8. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) é um documento que tem por objetivo diagnosticar o meio rural Lageano e delinear diretrizes de trabalho com base em um conjunto de iniciativas implantadas pelo poder público municipal e por instituições e organizações parceiras, no sentido de orientar e promover o desenvolvimento rural sustentável no município.

O PMDR é um documento de utilidade pública que deve subsidiar e direcionar todas as políticas públicas e programas de âmbito rural fomentadas pela Prefeitura e demais órgãos governamentais, visando garantir aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Nesse plano propomos que o desenvolvimento seja entendido como a melhoria da qualidade de vida da população rural.

A implantação está estruturada nas ações já desempenhadas pelo poder públicos e outras que serão desenvolvidas a partir de demandas observadas no meio rural. Foram relacionadas ações ligadas a infraestrutura rural, ao mercado de produtos agropecuários, a agricultura familiar, a educação, saúde, segurança, entre outras. O plano se consolida como um esforço conjunto para melhoria da qualidade de vida da população rural, por meio de uma gestão pública eficiente, que otimize a utilização dos recursos

Para o desenvolvimento do PMDR se faz necessário a intersetorialidade, pois ações aplicadas por Secretarias parceiras aprimoram o plano no sentido de dar todas as condições necessárias para uma vida digna no meio rural, como serviços públicos de saúde, educação, assistência social, segurança pública, esporte e cultura.

Para a elaboração deste plano foram realizadas pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo e levantamento de dados. Além disso, foram realizadas



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

reuniões de trabalho com as Secretarias Municipais e órgãos públicos que atuam para o desenvolvimento rural. Por fim, o plano foi apresentado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), aos vereadores municipais, às Comunidades Rurais Organizadas (CRO's) e para a sociedade civil como um todo a partir de uma consulta pública.

O Plano aqui apresentado representa uma intenção da sociedade lageana de promover o desenvolvimento rural, no entanto, é necessário o envolvimento de todos para que essa intenção possa se transformar em realização.

Moisés Savian

Secretário de Agricultura e Pesca



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

MENSAGEM DO PREFEITO

Espaço reservado ao Prefeito Elizeu Mattos para sua mensagem. O conteúdo será apresentado no momento do envio do PMDR a Câmara de Vereadores.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

1. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) constituem instrumentos fundamentais, utilizados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e pela sociedade de maneira geral, onde são integradas ações de assistência técnica, pesquisa, treinamento e infraestrutura, de forma descentralizada. Dada a respectiva importância para o setor rural, demonstrada ao longo dos anos, os planos passaram a ser obrigatórios a partir da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988)¹.

A partir do ano de 2001, com a nova Lei autodenominada Estatuto da Cidade (lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, em seu artigo 41, inciso I), há exigência de que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes consolidem o plano diretor de desenvolvimento, para terem acesso a programas públicos de desenvolvimento e de transferências de recursos federais (BRASIL, 2001)². Essa prática reforça o estímulo à elaboração de planos diretores agrícolas municipais, direcionando as políticas públicas para o espaço rural. A Prefeitura Municipal de Lages (PML) visa utilizar o PMDR como um dos principais instrumentos para estimular a articulação e a participação das forças locais ligadas ao meio rural, com a finalidade de promover o desenvolvimento local de maneira sustentável.

Além disso, esse plano tem como premissa a sua inserção no modelo de gestão e execução da administração municipal que busca a interface entre os

¹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. São Paulo: IMESP, 1988. 48 p.

² BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Autodenominada estatuto da cidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 de jul. 2001.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

órgãos municipais e entidades parceiras, objetivando a sinergia de ações e resultados com o melhor uso dos recursos humanos e financeiros.

Ressalta – se, ainda, que o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural apresenta como uma de suas premissas o constante diálogo com todos os atores envolvidos, o que o torna flexível e sempre atualizado, afim de buscar atender as necessidades de toda a municipalidade, uma vez que a concepção de desenvolvimento sustentável pressupõe que toda a população territorial seja beneficiária do Plano, na medida que todos os setores da sociedade passam a compartilhar da melhoria da qualidade de vida, do crescimento econômico gerador de empregos e de melhor distribuição de renda, da utilização de tecnologia adequada à preservação de um meio ambiente permanentemente saudável e compatível com a cultura regional e a melhoria das relações sociais e político-institucionais.

A existência de um Plano está prevista no Artigo 173 da Lei Orgânica do Município de Lages, o qual transcrevemos integralmente abaixo. Desta forma, o PMDR vem cumprir a Lei Orgânica Municipal e tem condições de ser implementado e executado, garantindo o constante diálogo com todos os atores envolvidos, tornando-o flexível e sempre atualizado, a fim de promover o desenvolvimento no espaço rural de Lages.

Lei Orgânica do Município de Lages

SEÇÃO III

DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Art. 173 A política de desenvolvimento rural será planejada, executada e avaliada, na forma que dispuser o plano de desenvolvimento rural aprovado pela Câmara municipal, com a participação efetiva das classes produtoras,



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

trabalhadores rurais, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento, e transporte, entidades privadas e públicas ligadas à agropecuária, profissionais de educação e saúde do setor, levando em conta, especialmente:

I - as condições de produção, comercialização e armazenagem, prestigiada a comercialização direta, entre produtor e consumidor;

II - a utilização e desenvolvimento da propriedade, em todas as potencialidades;

III - lazer, habitação, educação e saúde, para o produtor rural;

IV - melhoria do sistema viário, para facilitar a circulação de mercadorias, dentro do município, sem esquecer o adequamento e o preparo de estradas e caminhos aos métodos de proteção ecológica;

V - a execução de programas de recuperação e conservação do solo e da água, reflorestamento e aproveitamento racional dos recursos naturais;

VI - a proteção do meio ambiente;

VII - o incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e ao sindicalismo;

VIII - a prestação de serviços públicos e fornecimento de insumos, a preços diferenciados para a pequena propriedade rural;

IX - incentivo ao ensino, à pesquisa, à assistência técnica e extensão rural, em articulação com os órgãos estaduais e federais;

X - incentivo à instalação de agroindústrias;

XI - a infraestrutura física, para atender as necessidades sociais e econômicas do setor rural.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Parágrafo Único - A priorização de que trata o "caput" deste artigo, dar-se-á, na forma de incentivos fiscais, melhoria de condições de acesso e infraestrutura.

2. OBJETIVO GERAL

Fomentar o desenvolvimento rural do município, possibilitando o acesso a tecnologias produtivas de baixo impacto ambiental, melhorando a qualidade de vida e aumentando a renda das famílias.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar às crianças e jovens do meio rural, o trabalho no campo como um projeto de vida viável, que aponte para uma maior qualidade de vida, inclusão social e sustentabilidade.
- Melhorar acesso ao crédito com capacitação, ações de educação no campo, geração e distribuição de renda, numa perspectiva da economia solidária.
- Garantir uma boa infraestrutura, tais como boas estradas nas comunidades, moradias dignas, numa maior harmonia com a natureza dando oportunidade para as gerações futuras.
- Propriedades diversificadas para a subsistência, com a profissionalização dos produtores e que a participação seja de toda a família.
- Permitir o maior reconhecimento da agricultura familiar como ator importante na produção de alimentos em Lages, agregando valor através de agroindústrias e novas alternativas capazes de gerar renda e melhorar as condições de vida das pessoas do campo.



3. HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM LAGES

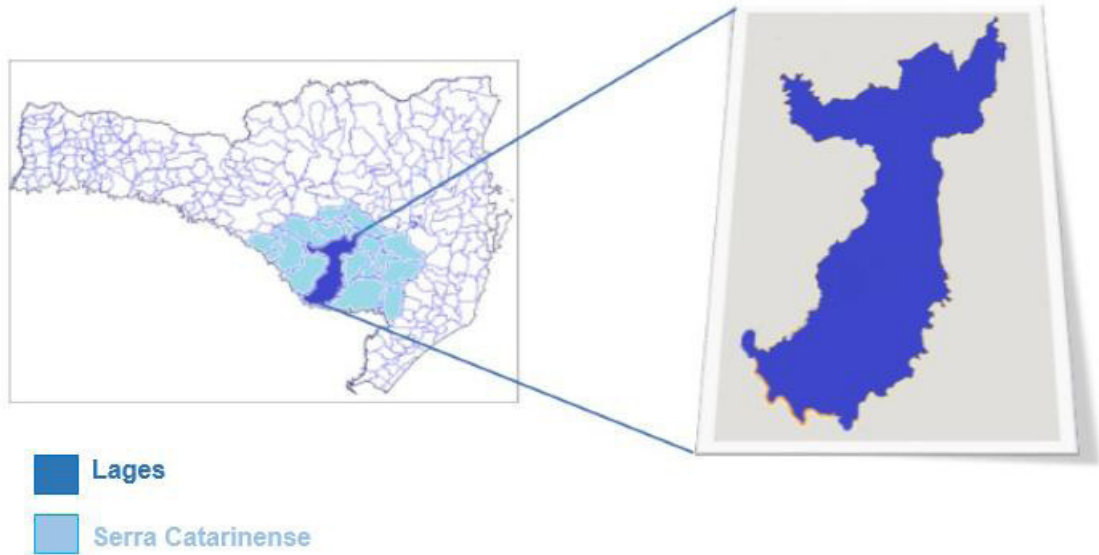
Lages é um município localizado no estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Possui 158.845 habitantes, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 1º de julho de 2014. O município é um centro regional de vários serviços como saúde e educação. Destaca-se a educação superior, recebendo estudantes de várias regiões do Brasil, sedia o Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), o Centro Universitário Facvest (UNIFACVEST) e Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e um polo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC) entre outras instituições.

Na economia rural do município destacam-se a agropecuária e a indústria madeireira (com destaque à produção de papel e celulose). Lages é considerada Capital Nacional do Turismo Rural possuindo pousadas rurais e também turismo de aventura. Com o clima temperado, o inverno é frio e as temperaturas podem chegar a -4°C.

Territorialmente faz divisas com os municípios: Paineira, Bocaina do Sul, Palmeira, Correia Pinto, São José do Cerrito, Capão Alto, Campo Belo e ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL



Município: Lages

Gentílico: Lageano

Estado: Santa Catarina

Sigla: SC

Região: Região Sul

Latitude: 27° 48' 58" S

Longitude: 50° 19' 34" W

Altitude: 884,0 m

Área: 2651,4 km²

Lages é o maior município da região em extensão territorial, a área do município é predominantemente rural e do total de 2.654,1 km² estima-se que o meio rural corresponde a 2.400 km², distribuídos em mais de 30 comunidades e localidades.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Lages situa-se entre os paralelos 27° e 28° e meridianos 49° e 52° e caracteriza-se por ter altitude bem elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar, o morro do Tributo é o ponto mais elevado do município.

3.1 HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

Ao iniciar nossa pequena viagem pela história de Lages, nos deparamos com os primeiros habitantes que aqui viviam, os Índios. Em um de seus livros, Costa (1982, p. 3) afirma que entre os estudiosos existe uma “acentuada tendência à aceitação de que em todo o Planalto Catarinense, habitavam as tribos Xokleng e Kaingang”.

Com a chegada dos primeiros colonizadores, os bandeirantes paulistas, a população nativa foi sendo expulsa ou aniquilada (PEIXER, 2002, p.41), entretanto, uma parcela desta população se miscigenou com os europeus, e deram origem aos “caboclos”.

A chegada dos primeiros colonizadores à região se deu no início do século XVIII, a partir da abertura do Caminho dos Conventos, em 1730, que tinha como objetivo ligar o sul a São Paulo (COSTA, 1982, p. 13). Devido à má construção, o caminho ficou muito comprido, tendo que ser reconstruído, fazendo com que o trajeto transpusesse Lages, passando a ser conhecido como “Caminho das Tropas”, pois a partir deste se transportavam animais de Viamão, no Rio Grande do Sul, para Sorocaba, em São Paulo. E foram por esses caminhos que os tropeiros estabeleceram uma rota de trabalho, levando o gado do extremo Sul do Brasil até o interior de São Paulo.

Por estar na rota de comercialização de gado desse período, e pela condição natural (predominância de pastagens nativas), a primeira atividade econômica desenvolvida foi à bovinocultura extensiva, que aliada à distribuição



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

de terras pelo critério das sesmarias, efetivou uma estrutura desigual, na distribuição de riquezas e de poder. Segundo Fert Neto (1993, p.68), a estrutura do campo de poder se hierarquizou a partir da oligarquia latifundiária baseada na propriedade da terra e, em torno destes, os homens livres, capatazes, peões, agregados e escravos, e fora desse espaço, nas florestas de pinheiros, encontravam-se os índios e alguns caboclos.

Como o trajeto, entre o Sul e São Paulo era extenso, essas viagens quase sempre longas e cansativas, os tropeiros necessitavam de descanso, e para isso, escolhiam um lugar que mais lhe proporcionavam acesso ao básico, como pastos para os animais, água e planícies para construção do acampamento.

Um dos lugares que mais disponibilizavam estes recursos era a região de Lages, onde montavam nestas terras seus acampamentos. Isso ocorria pela localização favorável para os tropeiros, visto que o local estava no centro do trajeto, aqui passavam longos dias, e foi assim que começou a formação da Vila Nossa Senhora dos Prazeres das Lajens, que teve esse nome, devida a grandes formações rochosas que predominava na região.

A ocupação castelhana tomava conta do Rio Grande do Sul e, veio recomendado pelo Governador da Capitania de São Paulo, Mateus de Morgado, o então bandeirante paulista, Antônio Correia Pinto de Macedo, um fazendeiro, também tropeiro de origem portuguesa, com objetivo de fundar uma vila, mas não apenas com esse propósito. Outro motivo para a ocupação da região foi por estar inserida no fluxo de mercadorias da época, mas também por motivações políticas e estratégicas. A criação de Lages foi de ordem militar, pois constituiu um núcleo de população que marcaria a ocupação portuguesa, o que para Costa (1982, p. 19) seria “um ponto de discussão ou de resistência a uma possível invasão castelhana do território”.

No ano de 1766, forma-se o primeiro povoado, sendo que em dia 22 de maio de 1771, é elevado a Vila. Em 1820, a então Vila Nossa Senhora dos



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Prazeres das Lajens, é desmembrada da província de São Paulo, passando a integrar o Estado de Santa Catarina, no dia 25 de maio de 1860 a mesma é elevada à categoria de cidade e somente em 1960 a escrita é mudada de Lajens, para Lages (IBGE).

A ocupação e utilização das terras até 1850 se deu pela concessão de sesmarias e pela posse. Neste período, Bloemer (2000, p. 52) relata que como “os espaços territoriais eram pouco ou nada delimitados na região, os caboclos circulavam livremente, estabelecendo suas posses”. Com a Lei de Terras de 1850, que institucionalizou a propriedade privada da terra no Brasil, os fazendeiros foram favorecidos e os caboclos “dependiam do fazendeiro aceitar ou não sua permanência como agregados.” (BLOEMER *apud* MARTINS, 1981, p. 71)

O espaço ficou dividido entre os caboclos, fazendeiros e outros atores sociais. Os campos nativos abrigaram atividades pastoris, e eram buscados pelos fazendeiros para criação de gado. A floresta de araucária era explorada por atividades extrativistas pelas populações indígenas e caboclas. A espécie *Araucaria angustifolia* foi descoberta como fonte de madeira de alta qualidade, impulsionando uma grande expansão da construção civil, tendo sido a preferida das empresas estrangeiras.

No início do século XX, novas dinâmicas sócio- espaciais surgiram com a construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Lages também tornou-se um polo de imigração de descendentes italianos radicados no Rio Grande do Sul que mudaram-se para cá para fundar serrarias, comprar e serrar os pinheirais.

Por volta de 1930 intensifica-se a exploração da mata de araucária, em um período de efervescência econômica, conhecido como “ciclo da madeira”, no qual muitos colonos do Rio Grande do Sul migraram para a região. Costa (1982) relata que este ciclo teve seu auge durante a construção de Brasília e



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

início dos anos 1960, e declínio no início dos anos 1970, por conta do esgotamento das reservas naturais de araucária.

As transformações ocasionadas pelo ciclo da madeira como a exploração da mata de araucária, constituição e declínio das serrarias, juntamente com a concentração fundiária e condições climáticas favoráveis contribuíram para o estabelecimento na região de fábricas de papel e celulose, que vão se instalar, fomentar e ampliar áreas de monocultivo do gênero *Pinus*.

Nas últimas décadas, outras atividades econômicas foram desenvolvidas, como a fruticultura, horticultura, apicultura, lavouras temporárias (soja, milho e feijão), entre outras. Essas atividades ocorreram dispersas pelo território, existindo inseridas em um uso do espaço onde se mantém o predomínio da bovinocultura e do cultivo de pinus.

3.2 INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS

De acordo com o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população rural de Lages representa apenas 1,75% da população total do município. A tabela 1 mostra os dados do Censo em que a população total chega a 159.530 habitantes, sendo que destes, 156.737 residem no meio urbano.

Os dados mostram que em 1991 a população rural era mais significativa. Com o aumento da industrialização e consequente desenvolvimento no meio urbano entre outros fatores, podemos observar uma mudança a partir do ano 2000. O fator conhecido como êxodo rural se tornou mais relevante,

Segundo o Censo realizado em 2010 a realidade da população é outra, sendo que a porcentagem no meio rural se apresenta relativamente menor em relação há 20 anos. Atualmente o êxodo rural é bastante acentuado, a maioria dos jovens migrou para cidade em busca de melhores condições de moradia,



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

ensino e lazer, resultando em uma diminuição da população rural e contribuindo para o envelhecimento no campo.

Tabela 1 – Histórico da população de Lages (1991-2010)

Ano	População				Total
	Urbana	%	Rural	%	
2010	156.737	98,25	2.793	1,75	159.530
2000	153.582	97,40	4.100	2,60	157.682
1991	138.575	91,63	12.660	8,40	151.235

A tabela 2 mostra a população rural segmentada de acordo com os dados do IBGE (2010). A estrutura etária se divide em faixas que compreendem crianças e adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Tabela 2 – População rural de Lages segmentada - Faixas etárias

Categorias	Homens	%	Mulheres	%	Total	% do Total
Crianças e Adolescentes - 0 a 14 anos	175	11,8%	321	24,7%	496	17,8%
Jovens - 15 a 29 anos	394	26,5%	230	17,7%	624	22,4%
Adultos - 30 a 59 anos	627	42,1%	521	40,1%	1.148	41,2%
Idosos - Acima de 60 anos	293	19,7%	226	17,4%	519	18,6%

Fonte: Censo 2010.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ao observarmos os dados, notamos que do nascimento até a fase jovem a quantidade de mulheres na área rural é mais significativa em relação aos homens. A partir dos 15 anos podemos perceber uma inversão, ocorrendo a migração da mulher do campo para a cidade mais precocemente e de maneira mais acentuada comparada aos homens, resultando na predominância masculina no campo, fenômeno denominado de masculinização. As famílias são reduzidas, sendo compostas por homens e idosos. Consequentemente a população masculina e os idosos serão maioria no campo. Sendo assim o êxodo rural um fator relevante ao longo dos anos, não apenas por mulheres, pelos jovens em geral que deixam o meio rural em busca de oportunidades, resultando no envelhecimento no campo.

A baixa população encontrada nas áreas rurais em Lages demonstra como o êxodo rural foi alto nos últimos anos. No entanto, o desenvolvimento de uma infraestrutura viária, principalmente no eixo oeste-leste do município, possibilitou a muitas pessoas poderem residir na área urbana mantendo suas atividades rurais no interior. Prova disso, é o elevado número de pessoas, 2730 produtores cadastrados, que possuem a movimentação financeira de suas propriedades a partir do “Bloco de Notas do Produtor Rural”.

3.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E POPULAÇÃO OCUPADA

O município possui 889 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). O sistema do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) informa que 779



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

agricultores familiares possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)³, sendo que desses 436 são ativos e 343 desativados. Na tabela 3 temos expostos os números referentes às propriedades individuais rurais, destacando também a condição legal dos produtores e número de estabelecimentos por área e número de estabelecimentos.

Tabela 3 - Propriedade individual: número de estabelecimentos e área

Condição Legal do Produtor	Número de Estabelecimentos	Área em Hectare
Arrendatário Masculino	32	4.733
Assentado sem Titulação definida	3	50
Ocupante Masculino/Feminino	26	1.322
Parceiro Masculino/Feminino	3	507
Proprietário	817	175.234
Outras Condições*	14	-----
Total	889	181.844

*Assentado, Parceiro e Produtor sem Área
Fonte: Censo Agropecuário (IBGE 2006)

³ A DAP é a identificação do agricultor familiar para acessar as políticas públicas. Para sua emissão é observado o estabelecidos na Lei Federal no 11.326/2006 que define diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os Empreendimentos Familiares Rurais.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

O comando na gestão do Imóvel é de grande maioria, masculino, 92,7% dos imóveis são dirigidos pelos homens. Na Tabela 4, podemos observar os números das Propriedades Individuais, a área total ocupada por hectare e a condição legal do produtor.

Tabela 4 - Propriedade individual: número de estabelecimentos e área total

Condição Legal do Produtor	Número de Estabelecimentos	Área em Hectare	Percentual (%)
Feminino	65	12.657	7,3
Masculino	824	169.187	92,7
Masculino/Feminino	889	181.844	100

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE 2006)

Com relação à ocupação das pessoas no meio rural, podemos destacar o número de ocupações por estabelecimentos agropecuários. As ocupações tem predominância masculina, com 1.645 ocupados, e 834 ocupações femininas nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 5 - Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários

Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado Estabelecimento	Pessoal Ocupado Mais de 14 Anos
Feminino	834	768
Masculino	1.645	1.572
Masculino/Feminino	2.479	2.340

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE 2006)



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ao analisarmos e compararmos dados dos estabelecimentos agropecuários do IBGE (889 estabelecimentos) com os dados do SIS Rural⁴ (2.730 produtores cadastrados) percebemos a grande diferença entre os dois. Provavelmente isso ocorre porque alguns produtores rurais cadastrados no SIS Rural podem ser arrendatários, ou mesmo cônjuge do titular do estabelecimento agropecuário. No entanto acredita-se que o IBGE não consegue chegar a todos os estabelecimentos pois alguns deles encontram-se sem moradia, ou com acesso realizado através de outros imóveis rurais.

3.4 INFRAESTRUTURA E COMUNIDADES RURAIS

A ligação entre o interior do município e seu perímetro urbano, se dá por meio de estradas. Muitos consideram as estradas do interior como a principal obra de infraestrutura, pois é junto dela que pessoas tem acesso aos serviços de saúde, escola, entretenimento, além disso, toda a produção realizada no meio rural depende da estrada para ser escoada. Segundo Baesso & Gonçalves (2003 *apud* Alves, 2009), as estradas rurais, podem ser definidas como “o conjunto de pequenas vias que compõem o sistema capilar do transporte, sendo responsáveis fundamentalmente pelo escoamento da produção agrícola”.

Em muitos países, dentre eles o Brasil, a maior parte da rede viária é composta de estradas não pavimentadas, representando o principal meio de escoamento da produção agrícola e florestal. Em Lages, no ano de 2014, o

⁴ SIS Rural é o sistema de cadastramento de produtores rurais para obtenção de nota fiscal.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

poder executivo enviou projeto de lei a Câmara de Vereadores que consolidou a Lei municipal de nº 4.135/2015, onde as estradas rurais são classificadas de três tipos:

I – Estradas Gerais: consideradas aquelas que comunicam a sede do município de Lages com outros municípios, distritos, vilas e/ou que comportam maior fluxo rodoviário. Possuem largura de 15 m (quinze metros) contando-se 7,5 (sete metros e cinquenta centímetros) para cada lado do eixo central da estrada.

II – Estradas Vicinais ou Secundárias: consideradas aquelas que unem entre si as estradas gerais ou com elas bifurcam e/ou as que possuem menor fluxo rodoviário, com largura de 15m (quinze metros) contando-se 7,5 m (sete metros e cinquenta centímetros) para cada lado do eixo central da estrada.

III – Estradas terciárias ou acessos: são aquelas que interessam apenas aos possuidores de áreas que delas se sirvam como passagem forçada para chegarem ao seu imóvel rural.

As estradas não pavimentadas são consideradas como uma das principais fontes de produção de sedimentos, visto que influenciam nos processos hidrológicos de determinada área de diversas formas, como: interceptação direta das gotas de chuva no leito da estrada; baixa taxa de infiltração da água no solo e, em contrapartida, maior volume de escoamento superficial além de concentração do volume escoado em áreas adjacentes ao canal de drenagem da estrada (Forsyth et al., 2006 *apud* ENRIQUEZ, 2015).

De acordo com Pruski (2009, *apud* ENRIQUEZ, 2015) o agente causador principal da erosão em estradas não pavimentadas é o escoamento superficial. O processo erosivo se inicia quando o escoamento superficial se concentra ao longo do canal de drenagem da estrada e atinge determinada tensão cisalhante com magnitude superior à tensão crítica de cisalhamento do



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

solo. A partir deste momento o escoamento superficial passa a desprender partículas do solo, geralmente transportadas até os cursos d'água. Os impactos originados pelo estabelecimento deste processo incluem assoreamento, poluição e interferência na qualidade de vida aquática dos cursos d'água.

Esta sedimentação desloca-se para as obras de artes da estrada, como as valetas, bueiros e bigodes. O abaulamento realizado junto a manutenção da estrada é totalmente perdido quando ocorre o escoamento superficial, visto que, com o sedimento perdido a via fica mais suscetível a formação de buracos, atoladores e costela de vaca.

Para uma boa qualidade das estradas é necessário que sejam feitas manutenções periódicas nas vias que são o conjunto de operações destinadas a preservar as características técnicas e de trafegabilidade de uma estrada ou obra-de-arte. As obras de conservação podem ser de conservação corretiva, quando as operações de conservação tem como objetivo reparar ou sanar um defeito e restabelecer o funcionamento dos componentes da estrada, ou conservação periódica, quando a conservação requerida em intervalos de tempo determinados. Também são importantes medidas de conservação de emergência as quais são destinadas a corrigir defeitos surgidos de modo repentino, ocasionando restrições ao tráfego e ou sérios riscos aos usuários.

Para o planejamento e realização das operações de manutenção da malha viária é necessário o conhecimento e o dimensionamento das estradas. Com objetivo de atender essa finalidade a Secretaria de Agricultura e Pesca em parceria com o Centro de Ciência Agroveterinárias (CAV) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) iniciou em 2014 o cadastramento das vias do interior definindo sua localização e largura. Complementarmente foram percorridas as principais vias e cadastradas as pontes, bueiros e edificações comunitárias (igreja, posto de saúde e escolas). Esse projeto está em andamento e já foram identificados 1517 quilômetros de estradas rurais no

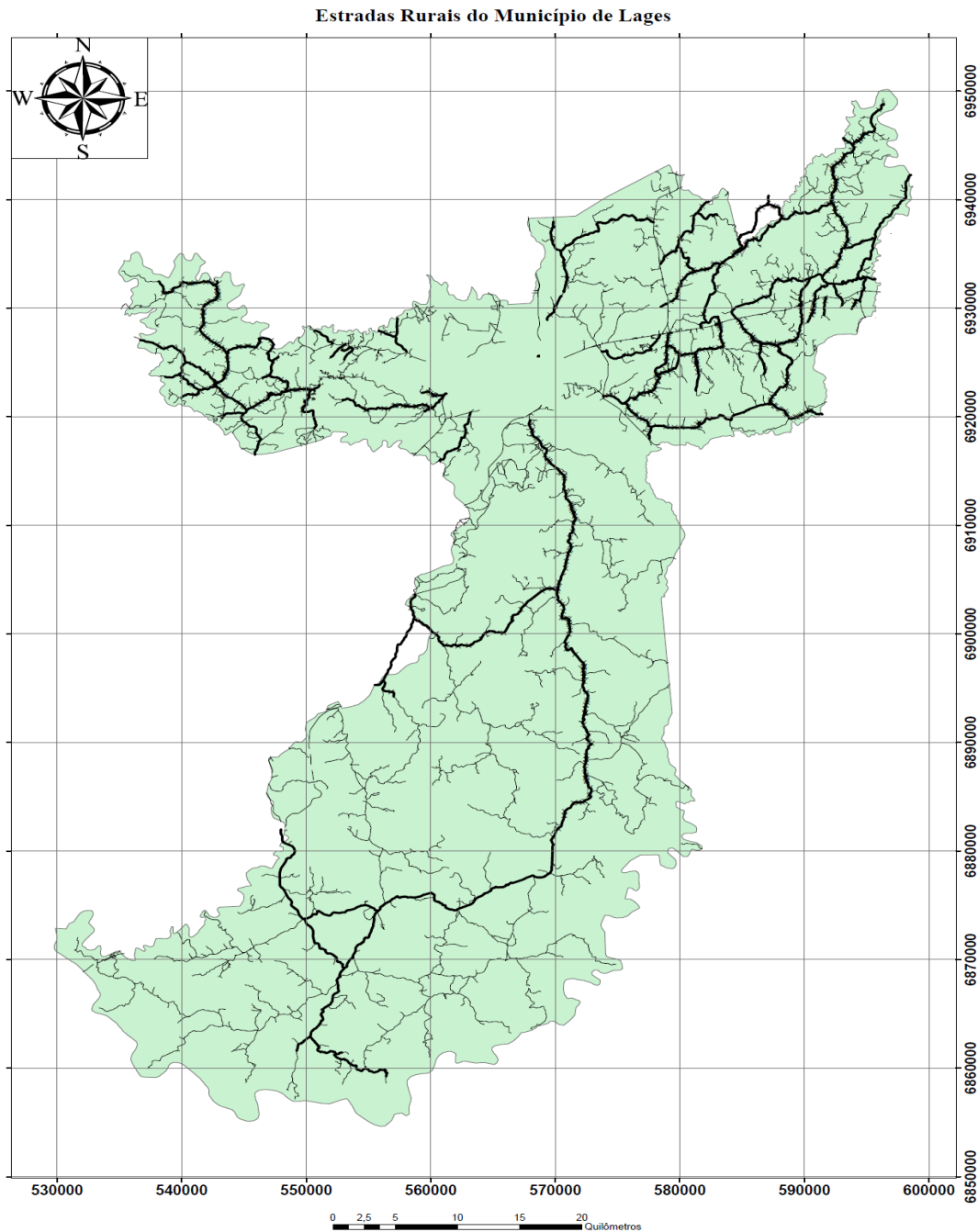


PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

interior de Lages. A Figura 1 apresenta uma versão preliminar do Mapa de Estradas Rurais de Lages.

As estradas rurais possibilitam o escoamento da produção agropecuária e florestal, e o intercâmbio entre o urbano e o rural. Dá-se o nome de comunidade rural as pessoas que vivem e desenvolvem suas atividades no campo. O conceito pode fazer referência tanto as pessoas em si como as localidades que recebem uma denominação. As comunidades rurais vivem, de forma geral, da agricultura, criação de gado, da exploração florestal, do trabalho não-agrícola e do assalariamento rural. Em Lages existem cerca de 34 comunidades rurais conforme detalha a tabela 6.

FIGURA 1 – Versão preliminar do Mapa de Estradas Rurais de Lages



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento – Departamento de Engenharia Florestal (CAV/UDESC)

Observação: As vias destacadas em negrito foram percorridas a campo e realizado o mapeamento de pontes, edificações comunitárias e bueiros. As demais foram mapeadas por imagem de satélite.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Tabela 6 – Comunidades rurais em Lages

COMUNIDADES	LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO
Floresta, Ilhota do Salto, Mangueirão, Passo dos Fernandes, Sta Terezinha do Boqueirão, Sta Terezinha do Salto, Santa Sebastião do Cabo de Lança, Taimbé e Vila do Salto Caveiras	Oeste
Cadeado, Gramados e Tributos	Norte e Nordeste
Cachoerrinha, Cajuru, Faxinal, Guará, Morrinhos, Passo Santa Vitória, Pelotinhas, Raposo, Rincão do Perigo, São Jorge	Sul
Caetano Versa, Entrada do Campo, Índios*, Lambedor, Mirantes, Potreiros, Santa Catarina Pedras Brancas	Leste – Ao Sul da BR 282
Macacos, Passo do Souza, Rancho de Tábuas, Santa Catarina e Três Árvores.	Leste – Ao Norte da BR 282

* Parte da Comunidade de Índios, especialmente na Vila, está ao norte da BR-282

Uma parcela dessas comunidades está localizada na região dos Índios e Macacos, que compreende o sentido leste do município, ficando as margens da BR 282. Um outro conjunto de comunidades encontra-se no sentido oeste, Região Salto Caveiras, também ficando próxima a BR 282.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ao norte e nordeste do município temos apenas as comunidades de Cadeados, Gramados e Tributos, sendo que a última sua extensão começa no perímetro urbano (Bairro Tributos), e abrange também a área rural. Já na região sul do município possuem outras comunidades, na região denominada de Coxilha Rica.

As edificações comunitárias (escola, posto de saúde e igreja) são encontradas em quase todas as comunidades. Há escola que atende mais de uma comunidade, assim como posto de saúde, o que determina este tipo de atendimento é o número de residentes, haja vista que encontramos comunidades com alta taxa demográfica e em outras uma baixa taxa.



4. RECURSOS NATURAIS

4.1 SOLOS

Os solos são em sua grande maioria, derivados de rochas ácidas e básicas. Dada as características dos materiais de origem e de clima, os solos da região são ácidos com teor de alumínio trocável de médio a alto, baixa maturação de bases e baixo teor de matéria orgânica. De acordo com o Governo do Estado de Santa Catarina os solos da região possuem diferentes potencialidades e limitações ao uso agrícola e implicações em relação ao manejo (SANTA CATARINA, 1986). De forma geral, as condições físicas, como estrutura, armazenamento de água e aeração podem ser favoráveis na maioria dos locais.

Quanto às classes de solo, predominam os Cambissolos, ainda em processo de desenvolvimento e com material de origem na massa do solo. Situam-se nos mais variados tipos de relevo, desde o suave ondulado até o montanhoso, podendo ou não apresentar pedras em sua superfície. Sua fertilidade natural é muito variável, baixa a alta. São utilizados principalmente para o plantio de milho, feijão, batatinha, soja, para pastagens e reflorestamentos.

Outra classe de solo importante na região são as terras Bruno Estruturadas (ditos Nitossolos, atualmente), que apresentam alta suscetibilidade à compactação, especialmente pela textura argilosa, com alta pegajosidade e plasticidade, o que dificulta a ação dos implementos, entretanto são solos bem drenados, com estrutura normalmente em blocos sub-angulares e situados geralmente em relevo suave ondulado e ondulado. São de baixa fertilidade natural, necessitando de adubação e calagem para obter produção agrícola satisfatória. Normalmente utilizados para o plantio da soja, do trigo, do milho e para pastagem e fruticultura, ocorrendo algumas restrições agrícolas



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

devido ao relevo ondulado e forte ondulado associado a pedregosidade que pode ser presente em maior ou menor grau, o que reduz a área aproveitável para a agricultura mecanizada intensiva, contribuindo mais uma vez para a presença da pecuária no cenário rural, atividade característica da região.

4.2 CLIMA

Segundo a classificação de *Köppen*, Lages possui clima temperado Cfb, mesotérmico, sempre úmido e com verões brandos. Durante o inverno, o clima é frio com temperaturas que podem chegar a $-4\text{ }^{\circ}\text{C}$ com sensação térmica de $-10\text{ }^{\circ}\text{C}$ e a temperatura média dos meses mais frios compreende-se entre $-3\text{ }^{\circ}\text{C}$ e 18°C . Em nossa região ocorrem geadas severas e frequentes, num período médio de 10 a 25 dias anualmente, e em alguns invernos, quedas de neve.

Já no verão, o clima é agradável variando a quente, e nessa estação as temperaturas podem chegar a $34\text{ }^{\circ}\text{C}$. A umidade relativa do ar média é de 79,3% e o índice pluviométrico anual é de 1.110 a 2.000 mm, contando com chuvas bem distribuídas ao longo do ano, sem estação seca definida.

4.3 RECURSOS HÍDRICOS

O município localiza-se na bacia do rio Canoas, que nasce entre a Serra da Anta Gorda e a Serra da Boa Vista, ambas parte da Serra Geral, este rio corre na direção geral SE-NO apresentando curso sinuoso com pequenos trechos retinizados. A Bacia do rio Canoas possui uma área de 22.808 km² e uma área de drenagem de 15.012 km², contando com uma vazão de 260 m³/s.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Os principais rios que constituem a Bacia são: Pelotas, Canoas, Lava-Tudo, da Divisa, Vacas Gordas, Pelotinhas, dos Macacos, do Pessegueiro, Piurras, Dois Irmãos e Limitão, de águas pouco poluídas, com exceção das águas do rio Caveiras à jusante da cidade de Lages, assim como os córregos que cortam a cidade, sendo o principal curso de água urbano o Rio Carahá.

O consumo de água proveniente desta bacia para a agricultura é de 56.416,3 m³/dia, e há o consumo de água também por três usinas hidrelétricas, sendo umas delas em Lages no Rio Caveiras.

4.4 BIODIVERSIDADE

4.4.1 Fauna

A Floresta Ombrófila Mista também é um dos ecossistemas mais ricos em relação à biodiversidade de espécies animais, contando com indivíduos endêmicos, raros, ameaçados de extinção, espécies migratórias, cinegéticas e de interesse econômico (FONSECA, et.al. 2009). Muitas destas espécies já foram registradas na região em que a área do município de Lages está inserida, o que faz com que a mesma seja considerada de extrema importância biológica (BOLDRINI, et al. 2010; MMA, 2007).

Em comparação a outras regiões do Brasil, e até mesmo de Santa Catarina, a região de Lages pode ser considerada relativamente bem conhecida em relação a sua fauna. Contudo, a maior parte dos estudos se restringe às espécies de vertebrados (anfíbios, répteis, aves, mamíferos e peixes), os quais serão abordados a seguir.

A riqueza de anfíbios presente na região do município corresponde a 48,2% das espécies com registro confirmado para o estado de Santa Catarina (LUCAS, 2008). Especificamente para Lages existem 53 espécies de anfíbios



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

já registradas (LUCAS, 2008; COLOMBO e ZANK, 2010). Dentre as mais facilmente encontradas estão: o sapo-cururu (*Rhinella icterica*); a pererequinha-do-brejo (*Dendropsophus minutus*); o sapo-ferreiro (*Hypsiboas faber*) e a pererequinha-de-banheiro (*Sinax perereca*). Onze destas espécies encontram-se ameaçadas de extinção, sendo que a principal causa de declínio das mesmas é a destruição de seu habitat devido ao desmatamento e a drenagens de banhados (YOUNG, et. al. 2004).

Em relação aos répteis, 55 espécies já foram registradas para a região de Lages, o que corresponde a 50% do total de espécies registradas para o estado de Santa Catarina (BÉRNILS, et al, 2008). Estas espécies estão divididas em duas anfisbênias, 10 lagartos e 43 serpentes (GHIZONI-JR, et al. 2009; VERRASTRO e SCHOSSLER, 2010). Entre os lagartos a espécie mais comum e conhecida na região é o teiú (*Salvator merianae*), um lagarto de porte grande normalmente encontrado pegando sol em estradas e bordas de florestas. Já no grupo das serpentes, várias espécies são conhecidas geralmente pela ocorrência de acidentes envolvendo as mesmas, entre elas estão a cascavel (*Crotalus durissus*), a cotiara (*Bothrops cotiara*), a jararaca (*Bothrops jararaca*) e a coral-verdadeira (*Micrurus altirostris*). Cinco dos répteis que ocorrem na região estão presentes nas listas da fauna ameaçada de extinção, dentre estes destaca-se o lagartinho-pintado (*Contomastix vacariensis*) que é associado a afloramentos rochosos situados em áreas de campos, ambiente correspondente ao da localidade de Coxilha Rica.

No que diz respeito às aves, existem 327 espécies já registradas para a região de Lages (ROSÁRIO, 1996; NAKA, et al. 2000; ALBUQUERQUE, et al. 2006; AZEVEDO, 2006) Dentre as mais comuns destacam-se aquelas que podem ser encontradas até mesmo na área urbana do município, como a curucaca (*Theristicus caudatus*) e a gralha-azul (*Cyanocorax caeruleus*). Sumariamente, as espécies que habitam a região podem ser separadas em dois sub-grupos distintos: as aves características de ambientes abertos



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

(campos e banhados) e as aves de hábito florestal. Boa parte das espécies já registradas no município habitam os campos, no entanto, uma peculiaridade da região é a migração de passeriformes ameaçados de extinção, como o caboclinho-de-barriga-preta (*Sporophila melanogaster*), que usam as áreas de banhado para se reproduzir. Outra ave campestre digna de menção é o pedreiro (*Cinclodes pabsti*), espécie que pode ser encontrada somente nas Serras Catarinense e Gaúcha. Em relação as espécies florestais, o município apresenta uma avifauna semelhante a de outras regiões inseridas no subdomínio da Floresta Ombrófila Mista. Contudo, espécies altamente exigentes em relação a qualidade do ambiente, como os grandes rapinantes do gênero *Spizaetus* sp. (gavião-pega-macaco *S. tyrannus*, gavião-pato *S. melanoleucus* e gavião-de-penacho *S. ornatos*), ainda podem ser encontrados nas florestas do vale do Rio Pelotas, na divisa com o estado do Rio Grande do Sul. A diversidade e a singularidade da avifauna presente no município revelam um grande potencial ainda inexplorado para o desenvolvimento do turismo de observação de aves.

Para os mamíferos, 81 espécies já foram registradas na região em que se encontra o município (MAZZOLLI, 2006; FREITAS, et al. 2009; CEPAQ, 2011). Dentre elas estão espécies voadoras (morcegos) e mamíferos de pequeno, médio e grande porte. Esta riqueza corresponde a 63,9% das espécies nativas terrestres com registro confirmado para o estado de Santa Catarina (CHEREM, et al. 2004). Entre as mais comuns estão as que facilmente se adaptam a mudanças antrópicas no ambiente, como o graxaim-do-mato (*Cerdocyon thous*); o graxaim-do-campo (*Lycalopex gymnocercus*) e o veado-virá (*Mazama gouazoubira*). A espécie mais emblemática de ocorrência no município é o leão-baio (*Puma concolor*), um felino de grande porte que requer um amplo aporte de espécies-presa para se manter. A ausência ou a baixa abundância destas espécies leva o leão-baio a predar rebanhos domésticos, situação que faz com que seja perseguido por produtores na



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

região. As principais ameaçadas a conservação dos mamíferos no município estão relacionadas a perda de habitat desencadeada por ações como a conversão do campo nativo em plantios de pinus e pelo desmatamento.

Por fim, o grupo dos peixes, que apresenta a maior diversidade de espécies entre os vertebrados, mas que ainda é pouco estudado, contando com várias espécies que sequer foram descritas. Na região de Lages são conhecidas cerca 80 espécies de peixes, dentre as mais comuns estão: o cascudo (*Hypostomus isbrueckeri*), o jundiá (*Rhamdia quelen*), a piava (*Leporinus obtusidens*), a traíra (*Hoplias malabaricus*) e o lambari (*Astyanax cremnobates*). Parte das espécies encontradas na região habita ambientes de grande altitude em arroios e rios de água fria, fundo de pedra e corredeiras, além de banhados e turfeiras. Nesses locais encontra-se um grande número de espécies endêmicas adaptadas a esses tipos de ambiente. (MALABARBA, et al. 2010). Uma das principais ameaças enfrentadas pelos peixes nativos é a introdução de espécies exóticas como a truta (*Oncorhynchus mykiss*), pois ainda não sabe ao certo a influência das mesmas na comunidade de peixes da região (ZANIBONI, et al. 2002).

4.4.2 Flora

O município de Lages está inserido no bioma Mata Atlântica mais especificamente na formação da Floresta Ombrófila Mista (FOM) popularmente chamada de Mata com Araucárias (GUERRA, et al. 2002). A vegetação original da região é constituída por mosaicos de campos nativos entremeados por florestas. A transição entre estas formações tão distintas é muitas vezes abrupta e o contato do campo com a floresta ocorre tanto em bordas de florestas contínuas, quanto em florestas ripárias ou em capões de mato



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

(manchas florestais insulares inseridas em uma matriz campestre) (BOLDRINI, et al. 2009).

A FOM apresenta estratificação própria, sendo o estrato superior exclusivamente formado pela araucária (*Araucaria angustifolia*) (NETTO, et al. 2012). Sob a cobertura das copas das araucárias, encontram-se outras espécies de árvores, arbustos, ervas, epífitos e lianas, que variam em abundância e porte dependendo do local e do período de desenvolvimento da comunidade em questão (LINDMAN, 1906; KLEIN, 1960). Dentre as espécies vegetais que compõem a FOM juntamente com a araucária estão: a casca-de-anta (*Drimys brasiliensis*), o pinheiro-bravo (*Podocarpus labertii*), a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), agoiaba-serrana (*Acca sellowiana*), a bracatinga (*Mimosa scabrella*) (BOLDRINI, et al. 2010)

Em relação às espécies ameaçadas que compõem esta formação florestal e são encontradas na área do município, destacam-se a própria araucária (*Araucaria angustifolia*) e o xaxim (*Dicksonia sellowiana*). Ambos apresentaram um importante papel sócio-econômico na história de Lages. Entre as décadas de 1940 e 1970 a exploração de araucária foi a principal atividade econômica desta região. Já o xaxim era utilizado na fabricação de vasos para plantas ornamentais. Estas espécies tornaram-se ameaçadas devido a exploração indiscriminada das mesmas.

Outra formação vegetal presente no município são os campos. Estas áreas predominam em zonas de maior altitude (com cotas superiores a 800m) e possuem vegetação típica de ambientes montano e alto-montano, com estrutura arbustiva e/ou herbácea (BOLDRINI, et al. 2010). No município de Lages este tipo de ambiente é encontrado principalmente na região da Coxilha Rica. Em meio à vegetação campestre destacam-se afloramentos rochosos muitas vezes cobertos por líquens que lhes conferem uma cor esbranquiçada característica que pode ser encontrada também na região de Pedras Brancas.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

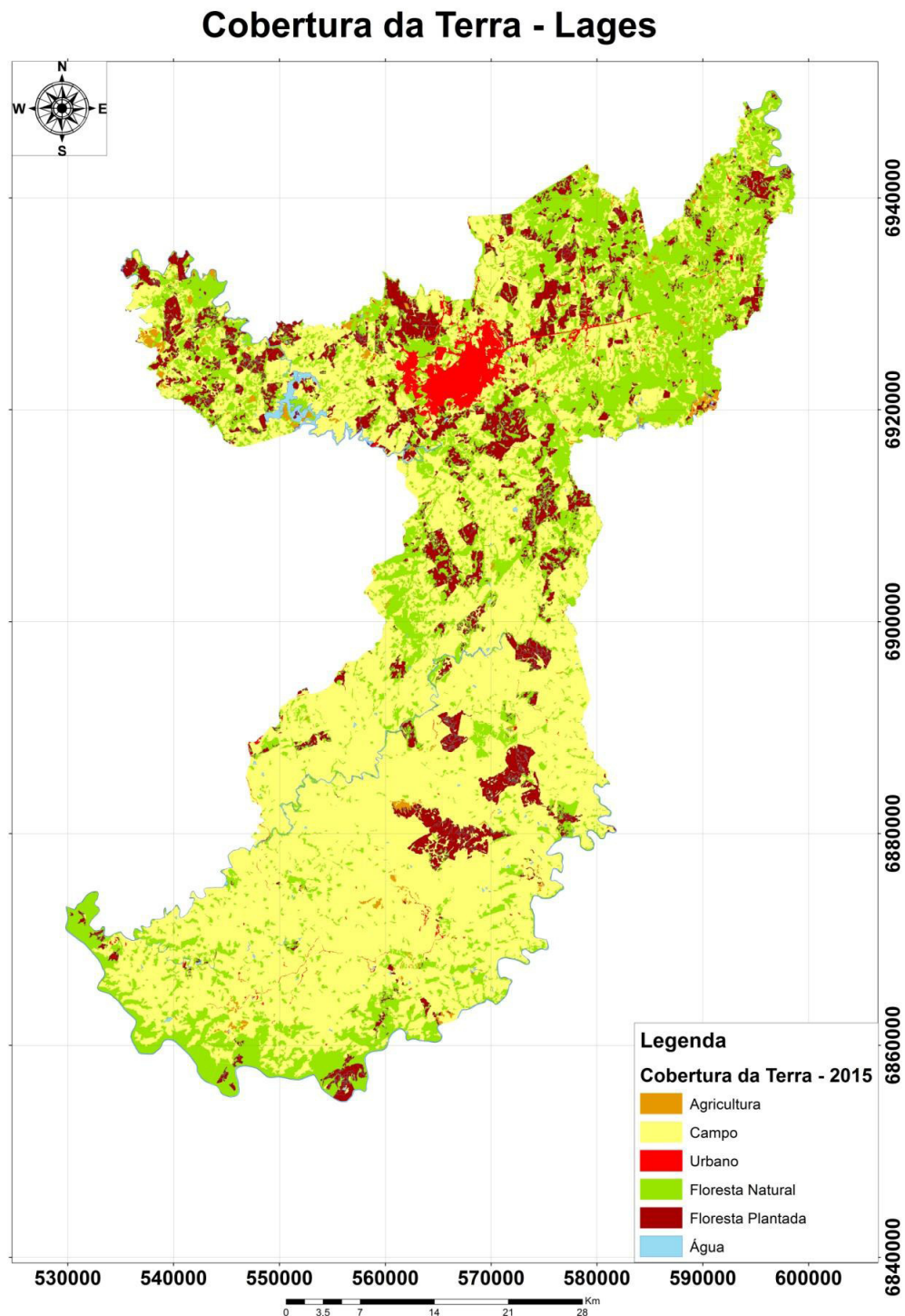
A diversidade florística dos campos encontrados no município é extremamente alta e caracterizada por muitos endemismos (BOLDRINI, et al. 2009). Entre as espécies campestres mais comuns estão: o capim-caninha (*Andropogon lateralis*), espécie predominante nas áreas de campo; a popular marcela (*Achyrocline satureioides*), utilizada para fazer chás; a vassoura (*Baccharis uncinella*) um arbusto endêmico dos campos de altitude; a margarida-do-banhado (*Senecio bonariensis*); a maria-mole (*Senecio brasiliensis*) espécie tóxica para o gado, dentre outras (BOLDRINI, et al. 2010).

Em um contexto amplo de conservação, a vegetação presente na região em que se encontra o município vem sofrendo com ações antropogênicas, em decorrência da contínua e rápida substituição, descaracterização e fragmentação dos diferentes ambientes que os compõem. A introdução de espécies exóticas, o avanço de extensas monoculturas, como por exemplo, de espécies de Pinus e outras atividades agrícolas, o corte seletivo em remanescentes florestais, a construção de hidrelétricas e a drenagem/represamento de banhados são as principais ameaças a conservação da flora regional.

4.5 COBERTURA DA TERRA

As atividades agropecuárias desenvolvidas e os recursos florestais existentes e preservados configuram a cobertura da terra, que expressam o real uso e conservação do território no município. A análise de sua situação atual e seu acompanhamento ao longo do tempo é importante para compreender as dinâmicas do desenvolvimento e suas implicações no uso dos recursos naturais. Na Figura 2 apresenta-se o mapa de cobertura da terra de Lages.

FIGURA 2 – Mapa de cobertura da terra de Lages



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento – Departamento de Engenharia Florestal (CAV/UDESC)

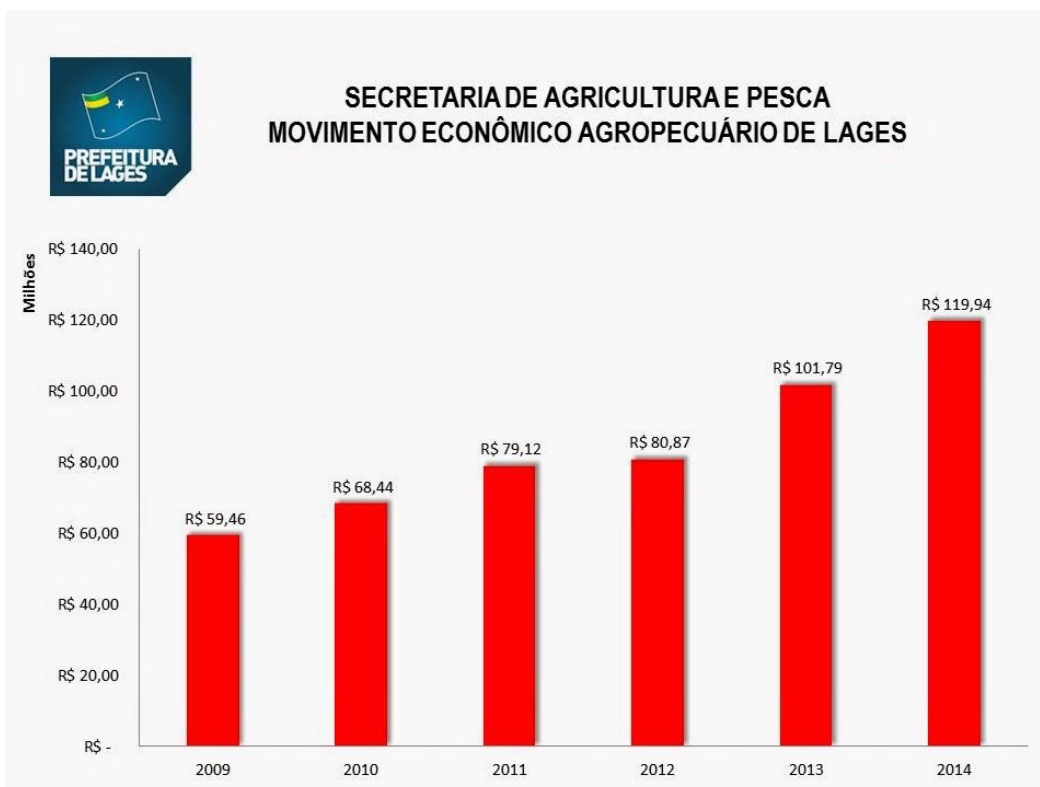


PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

5. ASPECTOS ECONÔMICOS

A economia rural de Lages é bastante diversificada possuindo atividades ligadas a produção florestal, pecuária, lavouras temporárias e permanentes, piscicultura, entre outras atividades, além do turismo rural. O Movimento Econômico do Município de Lages teve um incremento de 17,8% em 2014 em comparação ao ano de 2013, passando de R\$ 101,79 milhões para R\$ 119,94 milhões. Em relação a 2012, a movimentação das mercadorias primárias cresceu 48,3%. Esses dados demonstram o bom momento da economia rural em Lages e as perspectivas que o município tem de incremento, uma vez que temos o maior território de Santa Catarina. Na figura 3 apresentamos o histórico do movimento econômico agropecuário de Lages

FIGURA 3 – Histórico do Movimento Econômico Agropecuário de Lages



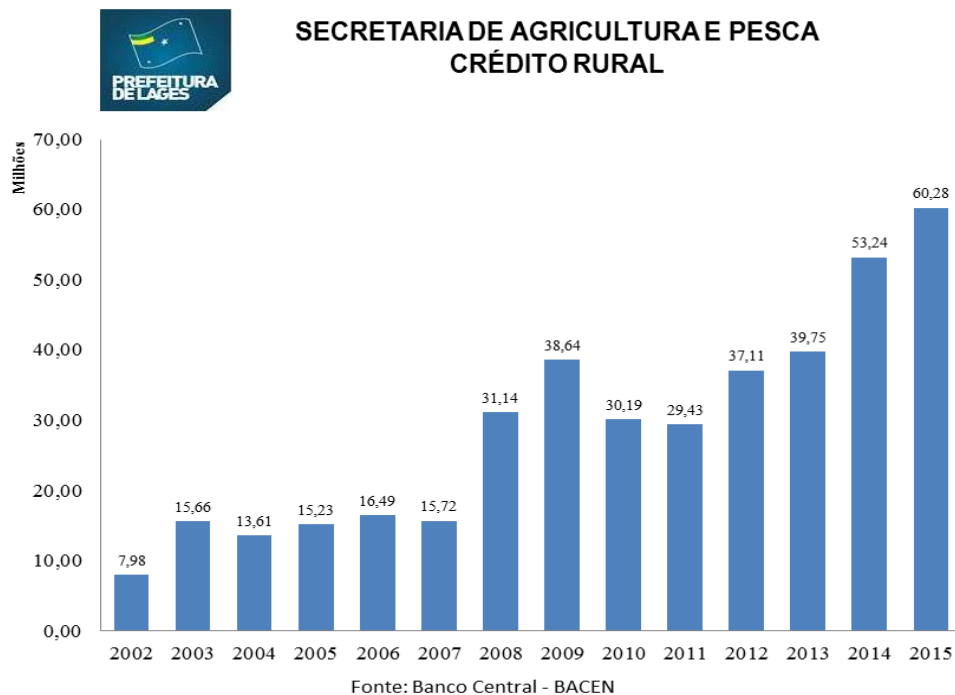
Fonte: Secretaria da Fazenda de Lages
Elaboração: Secretaria de Agricultura e Pesca de Lages



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Uma das ações públicas de maior impacto econômico e que de certa forma expressa o dinamismo econômico da atividade é o crédito rural. Na figura abaixo apresentamos o histórico de captação de recursos do ano de 2002 a 2015, segundo informações do Banco Central do Brasil. Comparando toda a série vemos que nos últimos 13 anos o crédito rural cresceu cerca de 7,6 vezes. Parcela importante desse crescimento ocorreu nos últimos dois anos com um incremento de 52%.

FIGURA 4 – Histórico do Crédito Rural em Lages



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Secretaria de Agricultura e Pesca - PML



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

5.1 AGRICULTURA

As atividades ligadas à agricultura no município são diversas e em quantidades variáveis ao longo dos anos, muitas destas são recentes, como a produção de hortaliças que nem sempre ocupou papel importante na produção.

Nos últimos anos, vem aumentando em nosso município as áreas cultivadas com grãos, ocorrendo uma expansão significativa especialmente das lavouras de soja, sendo que essas em sua maioria, são de agricultura empresarial, a qual tem visto em Lages formas promissoras de investimento.

Tabela 7 - Lavouras Temporárias em Lages

Atividade	Produção (ton)	Área (ha)	*V.P
Alho	120	10	480
Arroz	15	10	9.000
Batata Inglesa	800	80	800
Cebola	225	15	101
Feijão	3.552	1.600	10.052
Mandioca	180	15	25
Milho	32.670	6.050	14.048
Soja	9.720	3.240	9.390
Tomate	350	10	875
Trigo	512	160	369

***Valor da Produção (Mil reais)**

Fonte: IBGE (2014).

Segundo a EPAGRI/Lages, esses cultivos tem sido praticados em sistema plantio direto, já que estes produtores possuem boa infraestrutura de máquinas e equipamentos. Esta prática traz vantagens para a conservação do solo, pois, sem o revolvimento, mantém-se a estrutura física do solo, o que é fundamental no controle da erosão principalmente em solos de textura média e arenosa, como tem-se na região.

Em contrapartida, a agricultura familiar tem sua renda baseada na diversidade da origem dos recursos mediante mais de uma atividade agropecuária e também as atividades não-agrícolas. A adoção da pluriatividade



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

nesse tipo de propriedades consta de longa data e foi consolidando outras atividades que não as lavouras e criação gado. Utilizam-se do aproveitamento de restos culturais, esterco de animais, e adubação verde, visando a melhoria química e biológica do solo e a redução de custos com recursos externos à propriedade.

Uma das formas de incentivo à agricultura familiar são as feiras promovidas pela prefeitura municipal, todos os sábados no bairro Coral e duas sextas-feiras por mês no Centro da cidade. Os agricultores familiares vendem direto ao consumidor, ficando livres de atravessadores, o que beneficia ambos, mantendo um preço justo ao agricultor e acessível ao consumidor.

Outra forma de comercialização e de incentivo à produção de hortaliças e frutas é através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que prevê a compra de no mínimo 30% dos alimentos destinados à merenda escolar, dos agricultores familiares. Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Secretaria de Agricultura, para 65% dos agricultores que entregam seus produtos para a merenda, essa forma de comercialização representa metade ou mais da renda total das famílias, o que demonstra a importância do Programa e conseqüentemente torna a alimentação dos alunos da rede municipal mais saudável, com alimentos vindos diretos do campo.

A fruticultura tem na região uma qualidade de produção diferenciada, devido ao clima favorável. Como pode-se observar na tabela 8, apesar da área com frutíferas não ser muito extensa, o valor da produção é muito relevante na renda dos produtores. Temos ainda, como lavouras permanentes, os plantios de erva-mate. Dadas às condições climáticas favoráveis e a localização do município privilegiada, a fruticultura poderia ser potencializada como uma atividade que incrementaria renda as famílias e diversificaria a produção no município.



Tabela 8 – Lavouras permanentes no município.

Atividades	Produção (t)	Área (ha)	*V.P
Caqui	165	11	165
Erva Mate	72	8	36
Maçã	9.620	370	7.215
Pera	30	3	45
Pêssego	130	13	156
Uva	80	10	112

* Valor da Produção

Fonte: IBGE (2014)

5.2 PRODUÇÃO PECUÁRIA

A produção animal é uma atividade tradicional, geradora de renda aos pequenos e grandes produtores. A criação de bovinos de corte, entre cria, recria e terminação, é responsável por uma parcela significativa da economia rural.

Lages se torna cada vez mais, um dos polos de venda de gado de alta qualidade, em virtude do investimento que pecuaristas do município vem fazendo em genética animal e melhoramento de pastagens. Feiras e exposições atraem para a cidade, empresários que buscam o melhor gado da região.

Considera-se que Lages tem uma posição privilegiada, pois está relativamente próxima a centros consumidores (litoral catarinense, Curitiba e Porto Alegre). A produção pecuária do município é apresentada quantitativamente na tabela 9.



Tabela 9 - Produção Pecuária em Lages

Atividades	Quantidades*
Bovino	86.500
Bubalino	159
Caprino	85
Equino	6.300
Codornas	600
Galináceos Total	98.600
Ovinos	10.900
Suínos	3.450
Vacas Ordenhadas	7.300

*Cabeças

Fonte: IBGE (2014)

Além disso, o município se destaca em novas técnicas de produção através da utilização do sistema agrosilvipastoril, que proporciona a melhoria da renda dos agricultores que podem, em um mesmo local, trabalhar com três atividades, agricultura, silvicultura e produção animal.

Ocorrem anualmente diversas feiras no município, tais como a Mercoleite, Feira do Gado Geral, Expolages e diversos leilões que reúnem empresários do setor, movimentando a economia do município. Existe grande incentivo ao investimento em genética e pastagens cultivadas, além da valorização do campo nativo da região, o que acaba por agregar qualidade e valor aos animais comercializados, tornando Lages uma referência no segmento.

Segundo empresários que participam dos principais leilões de gado da Serra Catarinense, os animais mais comercializados no município são das raças Hereford, Devon, Charolês, Angus e Braford. Um aspecto muito importante da pecuária é o fato de que o município de Lages mantém a tradição das raças puras, principalmente as europeias, constituindo-se num



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

importante referencial genético do gado de leite e de corte. O município também possui uma raça tipicamente local, o chamado Criolo Lageano.

Outros números ainda referentes a produção pecuária, temos na Tabela 10, a quantidade de leite produzida e também a quantidade vendida na região. Segundo o Censo do IBGE de 2006, 283 estabelecimentos produziram por ano 144.000 de litros, com 188 estabelecimentos produziram para vendas 3.230 litros ao ano, com valor de vendas ao ano de 1.342 mil litros.

Tabela 10 - Número de Estabelecimento que Produziram e Venderam Leite

Número de Estabelecimentos Produziram/Ano	Quantidade Produzida Ano	Valor da Produção Ano	Quantidade Produzida Vendas	Valor da Produção Vendas/Ano
283	144.000 l	3.465 mil	3.230 mil	1.343 mil

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE 2006)

Outra atividade no ramo da produção animal que torna Lages uma referência é a piscicultura, que conta com clima apropriado para algumas espécies e girou em 2014 um montante de 943 mil reais, como mostra a tabela 11.

Tabela 11 - Piscicultura em Lages

Atividade	Quantidade (Kg)
Carpa	170.500
Lambari	5.000
Tilápia	25.000
Truta	20.000
Outros peixes	20.000

Fonte: IBGE, (2014)



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A produção de peixes está cada vez mais presente nas propriedades de Lages, que com um clima favorável, propicia a produção de muitas espécies com abundante demanda, tais como truta e tilápia, além de investir nas espécies nativas, o que vem abrindo ainda mais o mercado para essa atividade. Recentemente foi inaugurado o primeiro frigorífico de peixes na cidade, Frigorífico Belo Peixe, localizado na BR 116. O empreendimento tem capacidade de processar de 5 a 8 toneladas de peixe de água doce por dia, consistindo num forte incentivo para o segmento. Esse empreendimento será inspecionado pelo Ministério da Agricultura (MAPA) e possui autorização para comercializar em todo o território nacional, o que propicia ao setor uma importante alternativa de desenvolvimento.

5.3 AGROINDÚSTRIAS

O município de Lages possui atualmente 16 agroindústrias registradas junto ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM), entre produtos de origem animal e vegetal, são queijarias, embutidos cárneos, casas do mel, processamento de pinhão, panificados e geleias. Atualmente são 7 queijarias, 3 apiários, 2 agroindústrias de embutidos cárneos, 2 processadoras de pinhão e 2 de panificação e geleias.

As agroindústrias são inspecionadas pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que tem por objetivo controlar a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal, monitorando o local e a higiene da industrialização. Ao mesmo tempo, incentiva as pequenas empresas a saírem da clandestinidade, transformando-os em empresários, a fim de oferecer aos consumidores alimentos com qualidade e segurança garantida.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

O SIM emite certificado de qualidade a empresas e empreendedores que se adequam às exigências sanitárias vigentes em legislação específica, e que também possuem qualidade e higiene em seu processo de produção.

Para ter acesso ao SIM, o estabelecimento deverá apresentar requerimento na Secretaria de Agricultura do Município, solicitando a inspeção e atender a toda documentação exigida pelo processo de registro. As instalações do estabelecimento processador de alimentos devem obedecer a preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação está estabelecida pela regulamentação do Serviço de Inspeção Municipal e Instruções Normativas do CISAMA (Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense). Além dos empreendimentos acompanhados pelo municípios existem também agroindústrias inspecionadas pela CIDASC e MAPA no município.

5.4 EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA

O ciclo da madeira teve início na década de 40, mas a retomada da produção madeireira, principalmente do *Pinus spp.*, teve grande expansão na década de 60 na região de Lages, e foi de grande importância para o desenvolvimento econômico local a vinda de grandes empresas do ramo, gerando empregos para a população.

Atualmente há muitas áreas com florestas plantadas, e a presença de empresas consolidadas nesse mercado tornam a atividade um importante pilar da economia rural e industrial do município. A tabela 12 mostra a produção e os valores de produção nas atividades de extração vegetal e silvicultura.



Tabela 11 - Extração Vegetal e Silvicultura

Atividade	Produção
Extração Madeira. Carvão Vegetal	3 t
Madeira Lenha	4.000 m ³
Erva Mate	25 t
Pinhão	180 t
Silvicultura. Carvão Vegetal	45 t
Silvicultura. Lenha	70.300 t
Lenha de Eucalipto	70.300 t
Madeira em Tora	283.000 m ³
Madeira em Tora Eucalipto Outras Finalidades	2.900 m ³
Madeira Eucalipto para Papel Celulose	4.600 m ³
Madeira em Tora Pinus Outras Finalidades	66.000 m ³
Pinus Para Papel e Celulose	209.500 m ³
Madeira em Tora Outras Finalidades	68.900 m ³
Madeira em Tora Papel e Celulose	214.000 m ³

*Valor da Produção

Fonte: (IBGE, 2014).

5.5 TURISMO RURAL

Até meados de 1960, praticamente toda a economia de Lages era apoiada na indústria extrativa da madeira e na pecuária. Quando as reservas de Araucária passaram lentamente a se esgotar, a economia lageana entra em processo de readaptação, buscando outras fontes de riquezas e se apoiando novamente na produção tradicional, a agricultura e pecuária e também no turismo rural. Constituiu nessa atividade, a experiência mais antiga de turismo em áreas rurais do Brasil que nasceu como uma alternativa ao aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes na Região (SILVA, VILARINHO e DALE, 1998).

Hoje, Lages é chamada de Capital Nacional do Turismo Rural. Cientes de que a natureza não havia presenteado a região com pontos turísticos tradicionais, buscou-se o potencial existente nas centenárias fazendas locais



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

que deram abrigo aos tropeiros gaúchos que se dirigiam às feiras de gado de São Paulo no século passado, através da famosa estrada do Viamão.

O turismo rural em Lages desenvolve-se principalmente nos hotéis-fazenda, uma modalidade que integra hospedagem, gastronomia e lazer e que vem alcançando um desenvolvimento surpreendente nos últimos anos. A atividade aproveita a ideia de contato com a natureza e, em especial, com a tradição gaúcha que diferencia a região do restante de Santa Catarina.

Atualmente existem no município 5 hotéis-fazenda que oferecem hospedagem, restaurante, cavalgadas, passeios em trilhas ecológicas, passeios diversos (charrete, barco, etc.), contato com as atividades desenvolvidas nas fazendas e pescarias.



6. SERVIÇOS PÚBLICOS

6.1 SISTEMA DE ENSINO

A Secretaria de Educação do município de Lages concebe a Educação do Campo como um direito de todos ao acesso e permanência na Escola, priorizando o ensino de qualidade desde a Educação Infantil a todos os níveis e modalidades, bem como a criação de políticas públicas que garantam educação e conhecimento pautado na formação do sujeito e no desenvolvimento crítico, social e político do indivíduo.

A Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino do Município de Lages conta com vinte escolas e cinco CEIMs (Centro de Educação Infantil Municipal) estrategicamente distribuídos considerando a grande extensão territorial e as necessidades do nosso município, garantindo o atendimento diário de duzentos e cinco estudantes. Coordenados por quatro gestores, o quadro docente conta com oito professores de Educação Infantil e vinte e nove professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e demais disciplinas.

A Secretaria de Educação disponibiliza diariamente o transporte escolar gratuito aos estudantes que necessitam do mesmo por residirem em áreas distantes da escola, garantindo o acesso dentre as vinte localidades atendidas pela Educação do Campo.

Assegura periodicamente aos docentes cursos de formação e Capacitação Continuada visando à especialização e atualização constante dos profissionais atuantes nesta área, com cursos inovadores como o de Educação do Campo: Novas Práticas, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Letramento Digital, entre outros.

O currículo da Educação do Campo não foca somente os conhecimentos técnicos e científicos propostos pelos livros didáticos, mas acolhe os valores, crenças, saberes, sonhos que os camponeses consideram importantes a



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

serem ensinados nas escolas, contemplando sonhos coletivos, conhecimentos e habilidades que deem condições às pessoas para lutarem pela construção das alternativas de mudanças socioculturais nas quais são submetidas. O currículo das escolas do campo possibilita um diálogo entre os diferentes saberes que se entrecruzam no cotidiano da escola.

6.2 SISTEMA DE SAÚDE

A Atenção Básica nacional em relação à saúde é organizada em dois sentidos, a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

A Estratégia Saúde da Família (ESF) visa à reorganização da atenção básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida pelo Ministério da Saúde e gestores estaduais e municipais como estratégia de expansão, ampliando a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades.

O PACS é uma importante estratégia no aprimoramento e na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da reorientação da assistência ambulatorial e domiciliar. O programa foi inspirado em experiências de prevenção de doenças por meio de informações orientações sobre cuidados de saúde. O desenvolvimento das principais ações desse Programa se dá por meio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), pessoas escolhidas dentro da própria comunidade para atuarem junto à população. Os atendimentos compreendem basicamente a visita mínima mensal por cada família da comunidade, identificação de risco e encaminhamento a setores responsáveis, pesar e medir mensalmente as crianças menores de dois anos e registrar a informação no Cartão da Criança, acompanhar a vacinação periódica das crianças por meio do cartão de vacinação e de gestantes, orientar a família



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

sobre prevenção e cuidados em situação de endemias, realizar atividades de prevenção e promoção da saúde do idoso, identificar portadores de deficiência psico-física com orientação aos familiares para o apoio necessário no próprio domicílio, entre outras atividades que visam o bem estar e saúde das famílias.

Com base nesta estratégia e programa, a Secretaria de Saúde de Lages atende às necessidades do meio rural por meio de 7 Unidades Básicas de Saúde que cobrem 23 localidades e com o trabalho de 17 agentes de saúde, 11 na microárea Índios e 6 na microárea Salto Caveiras. As localidades Coxilha Rica e Cajuru não recebem acompanhamento constante devido à extensão das comunidades, tornando muito distantes os deslocamentos.

Além desses atendimentos regulares, Ações de Saúde são realizadas periodicamente, junto a outras secretarias municipais, funcionando como “mini forças tarefa” que contam com atendimento médico, coletas para realização de exames, balcão cidadão, adequação da documentação e divulgação do PRONATEC.

6.3 SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é o sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços e ações socioassistenciais, em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica – PSB, visa a prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e/ou fragilização de vínculos afetivos ou sociais (discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiência, dentre outras).



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A Proteção Social Especial – PSE, por sua vez, tem como público alvo famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e violação de direitos, por ocorrência de abandonos, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros e tem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS como unidade pública que coordena e oferta serviços especializados e continuados.

A participação da Assistência Social nas ações do Plano Brasil Sem Miséria tem caráter central, por sua ação característica de vocalização dos demais direitos alicerçados pelo conjunto de outras políticas setoriais e competência específica de articulação das políticas sociais em cada território, fortalecendo a dimensão da intersetorialidade e transversalidade do Plano. Além disso, a Assistência Social tem uma atuação histórica na consolidação da oferta das políticas sociais e de promoção do acesso dos segmentos mais vulneráveis; está presente nos territórios que concentram maiores vulnerabilidades e riscos sociais; e possui a experiência cotidiana da acolhida do público do Plano, sejam de áreas urbanas ou rurais, realizando a busca ativa, que consiste na identificação das pessoas para a inserção no CadÚnico e acesso aos programas de transferência de renda a que tem direito.



7. AÇÕES E INICIATIVAS

Com base nos objetivos do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) buscou-se junto às várias Secretarias do município e a órgãos parceiros ações já desenvolvidas ou projetadas. Foram levantadas 54 ações que encontram-se sistematizadas no ANEXO I desse plano. Cada ação possui sua descrição, Secretaria ou Órgão responsável, informações sobre os recursos, indicadores de execução, metas e observação. Na sequência relacionamos algumas das ações conforme órgão coordenador da iniciativa.

7.1 EPAGRI

- Calcário direto ao produtor
- Programa da SAR Calcário via cooperativas
- Programa SAR Sementes de milho
- Programa da SAR kit pastagem
- Programa da FDR kit informática
- Programa da SAR kit apicultura
- Crédito fundiário
- Projetos fruticultura: pêssego, uva e ameixa
- Pecuária de leite SC rural
- Unidade de referencia pastagem perene de inverno
- Programa Força Jovem

7.2 Secretaria de Educação

- Educação do campo: Escolas multiseriadas com educação infantil e ensino fundamental



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- Educação ambiental: “Água na escola”
- Comunicação e Tecnologia Rural (internet)
- Transporte escola rural
- Educação do campo: Novas Práticas
- Hortas Escolares
- PNAE
- Projeto Internacional de popularização Científica “Imagine”

7.3 Secretaria de Agricultura

- Infraestrutura rural: estradas e pontes
- Compra de Alimentos da Agricultura Local pelos Programas PAA e PNAE
- Feiras da agricultura familiar
- Inspeção Sanitária Municipal
- Assistência técnica e extensão rural
- Patrulha Agrícola (Em parceria com a ACRO)
- Fomento a piscicultura

7.4 Secretaria de Saúde

- Ação no interior
- 7 unidades básicas de saúde
- 17 agentes de saúde
- 23 localidades atendidas

7.5 Secretaria de Assistência Social

- Centros de Referências de Assistência Social – CRAS



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas/ PRONATEC) – Cursos de qualificação profissional
- CadÚnico: deslocamento da equipe para atendimento nas comunidades rurais para cadastramento das famílias com o objetivo de acessar os benefícios dos programas sociais
- CRAS itinerante

7.6 SEMASA

- Projeto Água boa: monitoramento de água em manancial rural

7.7 Segurança Pública

- Segurança pública geral
- Segurança e patrulhamento nas estradas do perímetro rural

7.8 Turismo

- Mapeamento dos pontos turísticos
- Sinalização turística
- Criação de roteiros

7.9 Meio Ambiente

- Programa Lixo Orgânico Zero



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

8. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO

Para a efetiva realização do PMDR é necessário que seja estabelecida uma metodologia de gestão e acompanhamento. A coordenação da política municipal de desenvolvimento rural está, conforme definido na legislação, a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca e tem como órgão colegiado de acompanhamento o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) composto por representantes governamentais municipais, órgãos públicos estaduais, instituições de ensino superior e organizações representativas do setor rural. Nesse sentido, entende-se que o CMDR é o colegiado que deve acompanhar a execução do PMDR.

O presente plano foi desenvolvido para contemplar os anos de 2016 e 2017. Definido na Lei Orgânica do Município de Lages o plano deveria ter sido criado desde 1990 conforme prevê esse instrumento legal. O Plano tem como objetivo estabelecer uma continuidade nas ações do poder público municipal entre as administrações que de quatro em quatro anos ocupam o governo municipal. Dessa forma, o plano estabelecerá a conectividade entre os mandatos. A revisão do plano deverá ocorrer em 2018 gerando um novo PMDR com horizonte temporal de 2018-2022.

Para o acompanhamento e monitoramento do plano deverão ser realizadas reuniões com o CMDR e demais instituições e organizações que possuem ações pactuadas no plano para analisar a execução dessas iniciativas. As avaliações deveram ser sistematizadas em um relatório de gestão produzido a cada seis meses, que orientará os trabalhos e servirá de



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

base para a revisão do plano. Na constituição da gestão do PMDR sugere que seja estabelecida uma metodologia de avaliação do desempenho do plano. A gestão do desempenho, segundo BRASIL (2009)⁵, constitui um conjunto sistemático de ações que buscam definir o conjunto de resultados a serem alcançados e os esforços e capacidades necessários para seu alcance, incluindo-se a definição de mecanismos de alinhamento de estruturas implementadoras e de sistemática de monitoramento e avaliação. Nesse sentido, considera-se fundamental o estabelecimento de uma sistemática de monitoramento e avaliação que possa avaliar o presente plano e reorientar os próximos que virão.

Quadro Resumo: Gestão e Monitoramento do PMDR

Coordenação: Secretaria de Agricultura e Pesca

Colegiado de Acompanhamento e Monitoramento: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR

Ações programadas para 2017-2018

Metodologia de Acompanhamento:

- Reuniões semestrais do CMDR com a participação dos parceiros com ações pactuadas no PMDR;
- Relatório de Gestão;
- Estabelecimento de uma metodologia de gestão do desempenho.

⁵ BRASIL. Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília. 2009.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. B.; GHIZONI-JR, I. R.; SILVA, E. S.; TRANNINI, G.; FRANZ, I.; BARCELLOS, A.; HASSDENTEUFEL, C. B.; AREND, F. L.; MARTINS-FERREIRA. Águia-cinzenta (*Harpyhaliaetus coronatus*) e o gavião-real-falso (*Morphnus guianensis*) em Santa Catarina e Rio Grande do Sul: prioridades e desafios para sua conservação. **Rev. Bras. de Ornitol.** 14(4):411-415. 2006.

AZEVEDO, M. A. G. Contribuição de estudos para licenciamento ambiental ao conhecimento da avifauna de Santa Catarina, Sul do Brasil. **Biotemas**, 19(1): 93-106. 2006.

BÉRNILS, R. S.; GIRAUDO, A. R.; CARREIRA, S.; CECHIN, S. Z. Répteis das porções subtropical e temperada da região Neotropical. **Ciência & Ambiente** 35, 2008. pp. 101-136.

BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos** nos campos de Lages. Cidade Futura: Florianópolis, 2000, p. 300.

BOLDRINI, I. I.; WAGNER, H. M. L.; EGGERS, L. Flora. In: BUCKUP, G. B. (Org.). **Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra**. Libretos: Porto Alegre, 2ª Ed. 196p. 2010.

BOLDRINI, I. I.; EGGERS, L.; MENTZ, A. L.; MIOTTO, S. T. S.; MATZENBACHER, I. N.; LONGHI-WAGNER, H. M.; TREVISAN, R.; SCHNEIDER, A. A.; SETÚBAL, B.R. Flora. In: BOLDRINI, I. I. (Org.). **Biodiversidade dos Campos do Planalto das Araucárias**. Brasília - MMA, (2009).

CEPAC- Consórcio empresarial Pai Querê. **Estudo de Impacto Ambiental referente ao empreendimento do Aproveitamento Hidrelétrico Pai Querê (AHE PAI QUERÊ)**. http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/UHE%20Pai%20Quer%C3%AA/ (acesso em: 25/02/2012). 2011.

CHEREM, J. J.; SIMÕES LOPES, P. C.; ALTHOFF, S. L.; GRAIPEL, M. E. Lista dos mamíferos do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. **Mastozoología Neotropical**, 11 (2). 2004. 151-184.

COLOMBO, P.; ZANK, C. Anfíbios. In BUCKUP, B. G. (org.). **Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra**. Edit. Libretos. Porto Alegre, RS. 2010. 196p.
COSTA, L. **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão de terra firme**. FCC: Florianópolis, 1982.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FERT NETO, J. O clientelismo nas relações de trabalho capitalistas. Dissertação de Mestrado. Orientador: Jacques André Leon Marre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 1993.

FERREIRA, A. G. *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Ktze: germinação da semente e desenvolvimento da plântula. Tese (Doutorado em Ciências) – **Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1977. 123 p.

FONSECA, C. R.; SOUZA, A. F.; LEAL-ZANCHET, A. M.; DUTRA, T.; BACKES, A.; GANADO, G. (Ed.). **Floresta com Araucária: ecologia, conservação e desenvolvimento sustentável**. Ribeirão Preto: Holos, 2009. 328 p.

FREITAS, T. R. O.; GONÇALVES, G. L.; CUNHA, A. S.; STOLZ, J. F.; MARINHO J. R. Mamíferos. In BOLDRINI, I. I. (org.). **Biodiversidade dos Campos do Planalto das Araucárias**. MMA, Brasília. 2009.

GUERRA, M.P.; SILVEIRA, V.; REIS, M.S.; SCHNEIDER, L. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). in: SIMÕES, L.L.; LINO, C.F. **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002. p.85-101

GHIZONI-JR., I. R.; KUNZ, T. S.; CHEREM, J. J.; BERNILS, R. S. Registros notáveis de répteis de áreas abertas naturais do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. **Biotemas** (UFSC), v. 22, n. 3, 2009 p. 129-141.

HUECK, K. **As florestas da América do Sul**. Brasília, DF: Ed. da UNB; São Paulo: Polígono, 1972.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: janeiro, 2009.

KLEIN, R.M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. **Sellowia** 12: 1960. 17-44.

LINDMAN, C.A.M. **A vegetação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Universal, 1906.

LUCAS, E. M. **Diversidade e conservação de anfíbios anuros no Estado de Santa Catarina, sul do Brasil**. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, SP. 2008. 210pp.

MALABARBA, R.L.; ANZA, A. J.; OLIVEIRA, C. L.C. Peixes. In: BUCKUP, G. B. (Org.). **Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra**. Libretos: Porto Alegre, 2ª Ed. 196p. 2010.



PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

MAZZOLLI, M. **Persistência e riqueza de mamíferos focais em sistemas agropecuários no planalto meridional brasileiro.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. 2006.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/biodiversidade31.pdf
Acessado em: 30/08/2015

NAKA, L. N.; MAZAR, B. J.; KIRWAN, G. M.; TOBIAS, J. A.; AZEVEDO, M. A. G. New and noteworthy bird records from Santa Catarina state, Brazil. **Bull. Brit. Ornith. Club**, 120:237-250. 2000.

NETTO, R. S., SALMORIA, V., SANT'ANNA, F. S. Vegetação. In: CHEREM, J.J. & SALMORIA, V. **Fisiograma, Flora Fauna do Rio Irani.** Florianópolis, SC: ETS, 2012.

PEIXER, Z. I. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages.** Editora Uniplac: Lages, 2002.

ROSÁRIO, L. A. **As aves em Santa Catarina: distribuição geográfica e meio ambiente.** Florianópolis: Fundação do Meio Ambiente. 1996.

VERRASTRO e SCHOSSLER. Répteis. In: BUCKUP, B. G. (org.). **Biodiversidade dos Campos de Cima da Serra.** Edit. Libretos. Porto Alegre, RS. 2010. 196p.

VIEIRA, R. C.; SANTOS, R. C.; VERRASTRO, L. Dinâmica populacional de *Cnemidophorus vacariensis* Feltrin & Lema, 2000 (Sauria: Teiidae) nos Campos de Cima da Serra do Rio Grande Do Sul. **XVII CIC - X ENPOS.** Porto Alegre, RS. 2008.

YOUNG, B.E., S.N.; STUART, J.S.; CHANSON, N.A.; COX & BOUCHER, T.M.. Disappearing jewels: The status of NewWorld amphibians. **Nature Serve**, Arlington, EUA, 2004.

ZANIBONI, E.F. **Relatório final – UHE Machadinho.** LAPAD. 2002. 88 p.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. 173p.

SILVA, Jose Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria, 1998.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LAGES - PMDR
AÇÕES E INICIATIVAS - PMDR 2016-2017**

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Educação do Campo: Escolas Multiseriadas com educação infantil e ensino fundamental	SM de Educação	Coordenação da Educação do Campo	Disponibilizados de acordo com as necessidades, e também, por intermédio de Programas do FNDE/MEC	20 Escolas Municipais de Ensino Fundamental EMEFs. Totalizando 216 alunos. 07 núcleos da EMEF Itinerante Ensino Fundamental e Médio. Totalizando 175 alunos.	Proporcionar a construção do conhecimento de maneira que os educandos possam se aprimorar e utilizá-los no seu cotidiano, promovendo a formação do cidadão capaz de atuar nas diversidades do mundo atual, envolvendo nesta a família e a comunidade.
Educação Ambiental: "Água na Escola"	SM de Educação	Coordenação da Educação do Campo e Coordenação do Setor de Convênios	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE do Campo R\$ 28.000,00	02 Escolas Municipais de Ensino Fundamental- EMEFs. Cerca de 48 estudantes beneficiados.	Extinguir a falta d'água nas escolas do interior em períodos de seca.
Hortas Escolares - Lixo Orgânico Zero	SM de Educação e SM da Agricultura	Coordenação da Educação do Campo e Coordenação da Educação Ambiental	Fundos de Bens - Ministério Público	20 Escolas Municipais de Ensino Fundamental EMEFs. Totalizando 216 estudantes.	Incentivo ao desenvolvimento sustentável e consumo pelos próprios alunos.
Comunicação e Tecnologia Rural (Internet)	SM de Educação	Coordenação da Educação do Campo e Coordenação do Setor de Convênios	Proinfo - MEC	Cerca de 216 estudantes beneficiados e as comunidades adjacentes.	Implantar tecnologias na construção do saber na Educação do Campo.
Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial	SM de Educação, SM de Meio Ambiente e Universidade de Tubarão	SM de Educação	Não mensuráveis	02 Unidades Escolares - 34 estudantes envolvidos - 04 orientadores monitores	Espaço Arqueológico

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Programa de Saúde na Escola	SM de Educação, MEC e SM da Saúde	SM de Educação e Enfermeiras	Ministério da Saúde em Parceria com o MEC	08 Unidades Escolares 129 estudantes atendidos na faixa etária entre 06 e 14 anos 04 agentes de saúde.	Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos à saúde e atenção à saúde visando o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino.
Transporte Escolar Rural	SM de Educação	Diretoria da EMEF Itinerante Maria Alice Wolff de Souza	Recursos SMEL R\$ 1.500.000,00 - Convênio com a Secretaria de Estado da Educação R\$ 107.000,00 - Programa Nacional de Transporte Escolar PNAT -R\$ 59.070,27	São cerca de 856 estudantes beneficiados da Educação Básica da rede pública municipal e estadual, durante todo o ano letivo. Frota de ônibus escolares do Programa Caminho da Escola. Empresas prestadoras de serviços, contratadas através do processo licitatório.	Otimizar os custos com transporte escolar. Garantir o acesso e a permanência dos educandos na escola, evitando o êxodo rural. - Renovação da frota do transporte escolar por meio de programas de financiamentos com FNDE- Programa Caminho da Escola e Emendas Parlamentares.
Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar	SM de Educação e SM de Agricultura e Pesca	Sector de Alimentação Escolar - SM da Educação	Conforme art. 14, da Lei 11.947/09, pelo menos 30% (trinta por cento) dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.	Atendimento para mais de 16 mil alunos da Rede Pública Municipal de Ensino. Benefício para 48 agricultores familiares locais.	Incluir no cardápio das escolas uma alimentação saudável e adequada visando a aquisição de hábitos alimentares saudáveis, com respeito as práticas alimentares regionais. Valorizar a agricultura familiar, fortalecendo e diversificando a economia local, gerando renda e o estímulo ao cooperativismo e associativismo.

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Projeto Internacional de Popularização Científica "Imagine"	SM de Educação e UFSC	Diretoria da EMEF Itinerante Maria Alice Wolff de Souza.	Não mensuráveis	2013-2014 25 estudantes do Ensino Médio da EMEF Itinerante Maria Alice Wolff de Souza - Núcleo do Baú-Localidade Coxilha Rica.	É um projeto de solidariedade internacional que visa a inclusão científica e o intercâmbio cultural entre os povos de países diferentes, aonde haja difícil acesso à educação formal e informação científica, promovendo uma compreensão/aceitação das diferenças entre os indivíduos e suas culturas.
Projeto Água Boa: Monitoramento de água em manancial rural	SEMASA	Departamento Técnico da Semasa	Recursos da Semasa conforme demanda	Monitoramento da qualidade da água em mananciais ou fontes públicas ou comunitárias para consumo humano no meio rural de Lages	Potabilidade de Manancial
Patrulhamento nas Estradas do Perímetro Rural	SM de Segurança Pública		02 (duas) Viaturas Equipadas, uma para o Transito e outra para a Segurança Pública Geral.	Núcleos de Segurança Pública Rural e Patrulhamento de Transito nas Estradas.	Combater o abigeato o furto de implementos agrícolas e orientar/fiscalizar o trânsito nas estradas.
Formar núcleos de Segurança Pública Rural	SM de Segurança Pública		Recursos Próprios da Secretaria	Núcleos de Segurança Pública Rural e Patrulhamento de Transito nas Estradas.	Palestras sobre segurança com os núcleos de segurança para aproximação com a comunidade.
Educação de Trânsito e Segurança	SM de Segurança Pública		Recursos Próprios da Diretoria de Trânsito	Equipe de Educação de Trânsito	Serviços de palestras e ações educativas nas localidades de extensão.

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Realizar capacitações pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	SM de Agricultura e Pesca, Sindicato Rural e SENAR	Setor Técnico - SM de Agricultura e Pesca	Não se aplica	Cursos Realizados	Proporcionar o aprimoramento técnico dos agricultores.
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	SM de Agricultura e Pesca, SM de Assistência Social e MDS.	Gabinete do Secretário - SM de Agricultura e Pesca	R\$ 270.000,00	Plano Operacional de Aquisição de Alimentos; Cadastro dos Produtores;	A administração municipal firmo o Termo de Adesão ao PAA com o MDS e busca a disponibilização dos recursos para operacionalização do Programa.
Promover espaços de comercialização para a Agricultura Familiar	SM de Agricultura e Pesca	Setor Técnico - SM de Agricultura e Pesca	R\$ 10.000,00 por ano + Recursos com pessoal e combustível	Feiras realizadas	Buscar a implantação e consolidação de Feiras para a comercialização de produtos da agricultura familiar.
Sistema de Gestão de Estradas Rurais - SISGER - Conservação e manutenção de pontes e estradas rurais	SM de Agricultura e Pesca	Diretoria de Infraestrutura das Estradas rurais	Cerca de R\$ 1.500.000,00 por ano	Estradas e pontes recuperadas	Promover a melhoria contínua da malha viária rural municipal. Melhorar o tempo resposta ao atendimento de problemas de trafegabilidade
Sistema de Gestão de Estradas Rurais - SISGER - Implantar a sinalização e endereçamento do interior	SM de Agricultura e Pesca	Gabinete do Secretário	R\$ 10.000,00	Placas Colocadas	Promover a sinalização e o endereçamento do interior melhorando a mobilidade e a interação rural/urbano.

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Sistema de Gestão de Estradas Rurais - SINGER - Normatização	SM de Agricultura e Pesca	Gabinete do Secretário	Não se aplica	Regulamentar a Lei 4.135/2015 e revisar a legislação vigente sobre a nomenclatura das estradas	
Sistema de Gestão de Estradas Rurais - Bando de Dados	SM de Agricultura e Centro de Ciências Agroeternárias (CAV/UDESC)	Gabinete do Secretário	R\$ 5.000,00 por ano	Publicar e manter banco de dados da infraestrutura rural	Apresentar informações relativas as vias rurais, edificações comunitárias e pontes.
Serviço de Inspeção Municipal (SIM)	SM de Agricultura e Pesca	Equipe Técnica do SIM	Não se aplica	Visitas realizadas; Cadastramento de empreendimentos; Acompanhamento e orientação.	Oferecer orientação técnica gratuita para implantação e manutenção de agroindustrias.
Mecanização agrícola	SM de Agricultura e Associação das Comunidades Rurais Organizadas (ACRO)		Utilização de recursos próprios da Prefeitura mediante convênio com a ACRO	Horas trabalhadas	Oferecer patrulha mecanizada nas comunidades rurais para o fomento a atividade produtiva agropecuária e florestal.
Fomento a Piscicultura	SM de Agricultura e Pesca e CAV/UDESC	Diretoria de Pesca	Recursos próprios da Prefeitura	Visitas técnicas realizadas a produtores; Feiras realizadas; Pessoas capacitadas.	Desenvolver ações para fomento a piscicultura no município.
Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar	SM de Agricultura e Pesca, EPAGRI e Entidades de ATER-MDA	Equipes Técnicas	Recursos próprios dos parceiros	Visitas técnicas aos agricultores; Realização de projeto; Desenvolvimento de curso e capacitação	Assistir cerca de 100 agricultores familiares para o desenvolvimento produtivo.

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Assistência Técnica e Extensão Rural na transição orgânica e agroecológica	SM de Agricultura e Pesca e Entidades de ATER-MDA	Equipe Técnica	Recursos Próprios da Secretaria e MDA	Visitas técnicas aos agricultores; Realização de projeto; Desenvolvimento de curso e capacitação	Orientar 30 agricultores familiares para mudança no modelo produtivo com vistas a transição agroecológica
Força Tarefa	Secretaria de Assuntos Comunitários	Secretária de Assuntos Comunitários	Não mensuráveis	Realização de 3 foças tarefas por ano	Aproximar os serviços públicos municipais a população do interior.
Centros de Referências Assistência Social – Prestam atendimento psicossocial e realizam ações socioeducativas.	SM de Assistência Social	Diretoria de Proteção Social Básica	Utilização de recursos já disponibilizados do cofinanciamento federal	Número de visitas domiciliares realizadas; Número de ações socioeducativas realizadas nas comunidades; Número de atendimentos realizados	Atendimento mensal em cada localidade. CRAS IV e V: Possuem em seu território de abrangência comunidades rurais.
Acessuras Trabalho - Pronatec - Cursos de qualificação Profissional	SM de Assistência Social	Diretoria de Proteção Social Básica	Utilização de recursos já disponibilizados do cofinanciamento federal	Número de usuários provenientes de comunidades rurais participando dos cursos; Número de ações socioeducativas realizadas com a participação da equipe do acessuas	Atendimento mensal em cada localidade

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Centro de Cadastro Único: deslocamento da equipe para atendimento nas comunidades rurais para cadastramento das famílias com o objetivo de acessar os benefícios dos programas sociais	SM de Assistência Social	Diretoria de Proteção Social Básica	Utilização de Recursos já disponibilizados do cofinanciamento federal	Número de famílias provenientes de comunidades rurais acessando os benefícios; Número de ações socioeducativas com a participação da equipe do cadÚnico.	Atendimento mensal em cada localidade
CRAS Itinerante	SM de Assistência Social	Diretoria de Proteção Social Básica	Aprovação de recursos através de ementa parlamentar		Objetivo ofertar os serviços da Proteção Social Básica da Proteção Social Básica do SUS às suas famílias que vivem nas comunidades do interior. Implantação prevista para 2016
Força Tarefa da Saúde: Ação no Interior	SM de Saúde e demais secretarias	Coordenação dos Programas de Saúde/ Atenção Básica	Recursos do Orçamento da Secretaria de Saúde	Uma ação por mês ao longo do ano, envolvendo todas as localidades do interior.	Atender a comunidade com melhor qualidade, levando até eles os programas oferecidos pela Secretaria Municipal da Saúde, como preventivo, saúde do idoso, hipertida, homem, criança. Consultas médicas, CPF, RG, Cartão SUS. Orientações para população, entre outras atividades de promoção e prevenção a saúde.
Estratégia de Saúde da Família no Interior	SM de Saúde e demais secretarias	Coordenação da Atenção Básica	Recursos do Orçamento da Secretaria de Saúde	Todas as localidades do Interior do Município de Lages	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde (9 unidade). 17 Agentes de saúde. Equipes médicas e odontológicas itinerantes.

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Mapeamento Turístico	SM de Turismo	Coordenação de Turismo	Recursos próprios e a serem captados, bem como parcerias.	Mapa turístico com descritivos	Identificação dos pontos de interesse. Registro e georeferenciamento. Disponibilização no site.
Sinalização Turística	SM de Turismo e SM de Agricultura e Pesca	Coordenação de Turismo	Recursos próprios e a serem captados, bem como parcerias.	Placas e Sinalização instalada	Identificação da necessidade. Confeção das placas. Instalação da Sinalização.
Desenvolvimento de roteiros.	SM de Turismo	Coordenação de Turismo	Recursos próprios e a serem captados, bem como parcerias.	Roteiros disponibilizados no site envolvendo as três áreas: Índios, Salto Caveiras e Coxilha Rica	Com base no mapeamento desenvolver roteiros diários e com pernoite no meio rural.
Calcário Direto ao Produtor	EPAGRI	Escritório Municipal	R\$ 250.000,00	Toneladas Distribuídas	8000 toneladas para 350 produtores por ano
Programa da SAR Calcário Via Cooperativas	EPAGRI	Escritório Municipal	R\$ 80.000,00	Toneladas Distribuídas	1.000 para 100 produtores
Programa da SAR Sementes de Milho	EPAGRI	Escritório Municipal	R\$ 50.000,00	Sacas Distribuídas	1.000 sacas para 200 produtores
Programa da SAR Kit Pastagem	EPAGRI	Escritório Municipal	R\$ 80.000,00	Kits Distribuídos	45 Kits 45 produtores
Programa da FDR Kit Informática	EPAGRI	Escritório Municipal	-	Kits Entregues	15 Kits Informáticas para 15 Jovens

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Programa da SAR Kit Apicultura	EPAGRI	Escritório Municipal		Produtores	5 Kits para 5 Produtores
Crédito Fundiário	EPAGRI	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Projetos Supervisões	3 projetos 30 supervisões
Crédito Rural	EPAGRI	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Projetos Supervisões	Elaboração de projetos de crédito: 40 projetos e 60 supervisões por ano
Projetos Fruticultura: Pêssego, Uva e Ameixa	EPAGRI	Escritório Municipal		Unidade Demonstrativa	3 unidades demonstrativas implantadas
Projetos Fruticultura: Pêssego, Uva e Ameixa	EPAGRI	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Acompanhamento e Reuniões	
Pecuária de Leite SC Rural	EPAGRI	Escritório Municipal	R\$ 300.000,00	Grupos de Produtores de Leite	Adesão de um grupo de produtores ao programa.
Unidade de Referência (UTR) de pastagem perene de inverno	EPAGRI	Escritório Municipal	R\$ 4.000,00	UTR	Implantação de 1 UTR de pastagem Perene de Inverno
Programa : Grãos	EPAGRI	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Reuniões Técnicas	Realizar 2 reuniões técnicas (anualmente) na área produtiva para 40 produtores no total

Descrição	Secretaria/Órgão	Responsável	Recursos	Indicadores de Execução	Metas e Observações
Programa: Grãos	EPAGRI	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Hectares	Implantação e acompanhamento de Sistemas Conservacionistas, 300 ha por ano.
Programa: Grãos	EPAGRI	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Visitas	Mobilizar e sensibilizar produtores para participarem em eventos
Programas Governamentais	EPAGRI	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Atendimento	Elaboração de 2 Daps Jurídicas e 100 Daps Individuais
Programa Força Jovem	EPAGRI e SM de Agricultura e Pesca	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Jovens	Cadastrar, enviar e acompanhar 4 jovens no curso de alternância por ano
Programa Força Jovem	EPAGRI e SM de Agricultura e Pesca	Escritório Municipal	Não mensuráveis	Jovens	Elaborar 4 projetos e acompanhar 7 jovens
Crédito Rural: Custeio e Investimento	SM de Agricultura e Pesca, Epagri e Instituições Financeiras	Instituições Financeiras	R\$ 60.000.000,00	Valor aplicado e número de contratos	Fomentar a utilização de crédito rural para o fortalecimento das atividades produtivas. Envolver as instituições financeiras, órgãos públicos e produtores rurais.